



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

ANA CARLA LEITE VELOSO

**PRÁTICA SOCIAL E PRODUÇÃO ESCRITA: UM OLHAR SOBRE O PPJ NA CASA  
FAMILIAR RURAL DOROTHY STANG, EM ANAPU - PA**

MARABÁ - PA

2024

ANA CARLA LEITE VELOSO

**PRÁTICA SOCIAL E PRODUÇÃO ESCRITA: UM OLHAR SOBRE O PPJ NA CASA  
FAMILIAR RURAL DOROTHY STANG, EM ANAPU - PA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Faculdade de Educação do Campo do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como requisito para obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo, com ênfase em Letras e Linguagens.

Orientador(a): Profa. Dr. Flávia Marinho  
Lisbôa

MARABÁ - PA  
2024

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará Biblioteca**  
**Setorial Campus do Taurizinho**

---

V432p Veloso, Ana Carla Leite  
Prática social e produção escrita : um olhar sobre o PPJ na Casa Familiar Rural Dorothy Stang, em Anapu - PA / Ana Carla Leite Veloso. — 2024.  
91 f. : il. color.

Orientador(a): Flávia Marinho Lisbôa.  
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Educação do Campo, Curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo, Marabá, 2024.

1. Letramento. 2. Escrita - Aspecto social. 3. Comunicação escrita. 4. Educação rural. I. Lisbôa, Flávia Marinho, orient. II. Título.

CDD: 22. ed.: 418.007

---

Elaborado por Adriana Barbosa da Costa – CRB-2/994

ANA CARLA LEITE VELOSO

**PRÁTICA SOCIAL E PRODUÇÃO ESCRITA: UM OLHAR SOBRE O PPJ NA CASA  
FAMILIAR RURAL DOROTHY STANG, EM ANAPU - PA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Faculdade de Educação do Campo do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como requisito para obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo, com ênfase em Letras e Linguagens.

Orientador(a): Flávia Marinho Lisbôa

Data de aprovação: Marabá (PA), 19 de janeiro de 2024

Banca Examinadora:

---

Profa. Dra. Flávia Marinho Lisbôa  
Orientadora (FECAMPO/UNIFESSPA)

---

Profa. Dra. Maura Pereira dos Anjos  
Examinador Interno (FECAMPO/UNIFESSPA)

---

Prof. Me. Daniel Loureiro Gomes  
Examinador Externo (FIBRA)

## DEDICATÓRIA

Às raízes que me sustentam, minha família.

## AGRADECIMENTOS

À minha família que sempre esteve ao meu lado.

À minha mãe. Minha base. Minha inspiração diária. Não estaria concluindo um curso de graduação sem todo o apoio e incentivo ao longo desses anos.

Aos meus professores do curso Educação do Campo por tantos ensinamentos que me permitiram chegar até aqui.

À minha orientadora, Flávia Marinho Lisbôa, pela amizade, por acreditar em mim e pela paciência em me orientar.

Aos meus colegas de curso pela parceria durante todos esses anos, em especial Ivilla Raquel, Hingles Euglene, Lucélia Chaves, Railan Solidade, Gabriel Solidade, David Kakoktyire, Suzana Marinho, Matheus dos Santos, Ana Caroline. Vocês tornaram esses anos mais leves.

À CFR, que me formou enquanto estudante do Ensino Médio e, posteriormente, me acolheu como pesquisadora e como estagiária. Espero que a gente ainda possa construir muitos projetos juntos

Às professoras da CFR Dorothy Stang que confiaram em mim para estagiar em suas turmas e muito me ensinaram sobre a tarefa de educar.

Aos alunos do terceiro ano, obrigada por me ensinarem a ser professora. Vocês vão ficar marcados na minha trajetória. Vocês são as mais importantes referências desta pesquisa, que é NOSSA!

Ao Geovane Bezerra, meu eterno professor e amigo, por me apresentar esse curso e pelo seu empenho em possibilitar a educação do campo. Seus sonhos pra CFR são os mesmos que os meus. Eu passei por esse curso e esse curso passou por mim e me transformou. Foi uma experiência “estupenda”, como você gosta de falar.

Ao Centro Acadêmico de Educação do Campo, espaço pelo qual eu tenho me dedicado nos dois últimos anos da graduação. Foi desafiador, mas que me proporcionou sensíveis aprendizados para minha formação.

Ao Programa de Educação Tutorial (PET), por ser um importante espaço de aprendizado e por proporcionar bolsa de estudo durante os últimos anos da graduação.

Aos movimentos sociais do campo que, à duras lutas, construíram esse curso e permitiram que jovens agricultoras, pobres do campo, onde não tem escola perto, muito menos universidade, pudessem realizar o sonho da graduação em uma universidade pública! Esse sonho já foi inconcebível.

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção”

(FREIRE, 2003, p. 47)



## RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) busca compreender a relação dos estudantes com a língua escrita na produção do PPJ na Casa Familiar Rural Dorothy Stang, em Anapu - PA. O Projeto Profissional de Vida do Jovem (PPJ) é um instrumento da Pedagogia da Alternância que está profundamente relacionado com o pilar “desenvolvimento do meio” (COUTO, 2016). Trata-se da escrita e apresentação de um projeto voltado para a questão agropecuária local, no qual o jovem projeta o plantio de alguma cultura agrícola no lote. A fundamentação metodológica deste trabalho foi a pesquisa-ação, que é caracterizada como um tipo de pesquisa social em que há, necessariamente, uma ou mais ações para “resolução de problemas, tomada de consciência ou produção de conhecimento” (THIOLLENT, 2011, p.19). Nesse sentido, foi realizada uma intervenção na construção dos PPJs dos estudantes do 3º ano. O TCC Foi teoricamente fundamentado por autores que pesquisaram sobre escrita e as relações de poder que se estabelecem na/por meio da língua como Bagno (2015, 2003), Lisbôa (2022); autores que refletem sobre a língua e as práticas sociais como Kleiman (2007, 2008), Rojo (2006); e Gimonet (2007), Estevam (2001) para compreender os processos históricos que constituíram a Pedagogia da Alternância e Educação do Campo. Os resultados da pesquisa apontam que a experiência de construção do PPJ evidencia as relações de poder na/pela língua. Antes de começar a escrever, ou ao fazer isso, o estudante aciona em sua subjetividade sentimentos como medo, ansiedade, nervosismo. Isso se deve por causa do funcionamento hierárquico de poder que inferioriza os sujeitos e se manifesta também na língua. Contudo, o PPJ também é um instrumento pedagógico que contempla a realidade dos estudantes e fomenta o empoderamento social e linguístico dos sujeitos.

Palavras chave: Língua e poder; Letramento; Pedagogia da Alternância; CFR

## **ABSTRACT**

This Course Completion Work (TCC) seeks to understand the relationship between students and written language in the production of PPJ at Casa Familiar Rural Dorothy Stang, in Anapu - PA. The Young People's Professional Life Project (PPJ) is an instrument of Alternation Pedagogy that is deeply related to the “development of the environment” pillar (COUTO, 2016). It involves writing and presenting a project focused on local agricultural issues, in which the young person plans to plant some agricultural crop on the plot. The methodological foundation of this work was action research, which is characterized as a type of social research in which there is, necessarily, one or more actions for “problem solving, awareness raising or knowledge production” (THIOLLENT, 2011, p .19). In this sense, an intervention was carried out in the construction of PPJs for 3rd year students. The TCC was theoretically founded by authors who researched writing and the power relations that are established in/through language, such as Bagno (2015, 2003), Lisbôa (2022); authors who reflect on language and social practices such as Kleiman (2007, 2008), Rojo (2006); and Gimonet (2007), Estevam (2001) to understand the historical processes that constituted the Pedagogy of Alternation and Rural Education. The research results indicate that the experience of building the PPJ highlights power relations in/through language. Before starting to write, or while doing so, the student activates feelings such as fear, anxiety, nervousness in their subjectivity. This is due to the hierarchical functioning of power that inferiorizes subjects and also manifests itself in language. However, the PPJ is also a pedagogical instrument that addresses the reality of students and promotes the social and linguistic empowerment of subjects.

**Key words:** Language and power; Literacy; Alternation Pedagogy; CFR.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> - CFR .....	22
<b>Figura 2</b> - Template do PPJ .....	29
<b>Figura 3</b> - Croqui da propriedade Sítio Piquizeiro .....	32
<b>Figura 4</b> - Estudantes no laboratório de informática .....	53
<b>Figura 5</b> - Roda de conversa .....	56

## LISTA DE TABELAS

**Tabela 1** - Quadro de setores da CFR

.....26

**Tabela 2** - correspondência entre gêneros digitais e gêneros já existentes

.....42

**Tabela 3** - Considerações dos examinadores dos PPJs

.....54

## LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEP	Código de Endereçamento Postal
CFR	Casa Familiar Rural
CEFFAS	Centros Familiares de Formação por Alternância
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EFA	Escola Família Agrícola
Fecampo	Faculdade de Educação do Campo
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LP	Língua Portuguesa
PA	Pedagogia da Alternância
PE	Plano de Estudo
PPJ	Projeto Profissional de Vida do Jovem
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TE	Tempo Escola
TF	Tempo Família
TDIC	Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação
UFPA	Universidade Federal do Pará
Unifesspa	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>1. DA LUTA PELA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA À CRIAÇÃO DA CFR DOROTHY STANG.....</b>	<b>19</b>
1.1 A CONSTRUÇÃO DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA.....	19
1.2 AS CFRS E A DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO .....	20
1.3 HISTÓRIA DA CFR DOROTHY STANG .....	22
1.4 FUNCIONAMENTO DA CFR DOROTHY STANG .....	23
1.4.1 O trabalho como princípio educativo .....	26
1.4.2 Família e escola: uma Associação possível.....	29
<b>2. ALGUMAS NUANCES DO PPJ.....</b>	<b>30</b>
2.1 CONCEITUANDO O PPJ.....	30
2.2 O PPJ E A BNCC .....	32
2.3 A POTENCIALIDADE INTERDISCIPLINAR DO PPJ .....	32
2.3.1 Ciências Exatas.....	33
2.3.2 Ciências Humanas e Sociais .....	34
2.3.3 Ciências da Natureza .....	36
<b>3. LÍNGUA PORTUGUESA E AS RELAÇÕES DE PODER NO ENSINO.....</b>	<b>37</b>
3.1 LÍNGUA E PODER .....	37
3.1.1 Língua e poder: uma abordagem discursiva.....	39
3.2 LETRAMENTO .....	42
3.2.1 Os multiletramentos.....	43
3.2.2 A prática social no ensino da língua escrita para sujeitos do campo.....	46
3.2.3 PPJ e Letramentos: Plantar como prática social e prática escrita.....	47
<b>4 A PESQUISA E A AÇÃO DE INTERVENÇÃO NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA .....</b>	<b>50</b>
4.1 CAMPO E METODOLOGIAS.....	50
4.2 CARACTERIZAÇÃO DA TURMA DE INTERVENÇÃO: OS ESTUDANTES DO 3º ANO .....	53
4.3 DESCRIÇÃO DAS AULAS .....	53
<b>5 A RELAÇÃO DOS ESTUDANTES COM A LÍNGUA ESCRITA DO PPJ .....</b>	<b>57</b>
5.1 USOS DA LEITURA E ESCRITA EM AMBIENTES NÃO FORMAIS.....	58
5.2 USOS DA ESCRITA EM SITUAÇÃO FORMAL DE ENSINO: A ESCRITA DO PPJ .....	60
5.2.1 Desafios no acesso e uso das ferramentas digitais de edição de texto .....	63
5.2.2 Empoderamento linguístico por meio do PPJ.....	64
5.3 NOVOS CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DO PPJ.....	65
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>68</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>71</b>
<b>APÊNDICE A - PROJETO DE INTERVENÇÃO.....</b>	<b>76</b>

<b>APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....</b>	<b>84</b>
<b>APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO PROFESSORA.....</b>	<b>85</b>
<b>APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO ESTUDANTES.....</b>	<b>86</b>
<b>ANEXO A - O QUE É UM CROQUI? .....</b>	<b>87</b>
<b>ANEXO B - MATERIAL DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA .....</b>	<b>89</b>

## INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) trata-se de uma pesquisa-ação realizada junto aos estudantes do 3º ano do Ensino Médio Integrado ao Técnico em Agropecuária da Casa Familiar Rural (CFR) Dorothy Stang, localizada no município de Anapu, sudoeste do estado do Pará. Nesse sentido, o TCC tem como objetivo de estudo e de ação a construção dos Projeto Profissional de Vida do Jovem (PPJ) pelos estudantes da CFR.

O curso de licenciatura em Educação do Campo tem a alternância como um dos “princípios orientadores da formação” (PPC, p. 18, 2019). Nessa modalidade, são alternados os tempos e espaços formativos, no qual são realizadas atividades de estudo presenciais, o Tempo Universidade (TU), e atividades de pesquisa e atividades complementares na comunidade, o Tempo Comunidade (TC). Desse modo, integra-se os saberes acadêmicos aos saberes populares; o conhecimento da realidade e o reconhecimento de si como sujeito pertencente ao meio.

Desse modo, a construção dessa pesquisa se deu durante os anos da graduação de Licenciatura em Educação do Campo - Unifesspa. Os Tempos de Comunidades viabilizaram e embasaram as reflexões e interpretações contidas neste trabalho. Contudo foi dada no último Tempo Comunidade, no qual foi realizada a pesquisa-ação que se deu na experiência do estágio docência na disciplina Pesquisa VI da Faculdade de Educação do Campo da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) com o tema “Trabalho e juventudes do campo”. Nesse sentido, além da pesquisa-ação, foi de significativa importância a experiência da alternância entre os tempos e espaços educativos do curso.

A CFR Dorothy Stang, escola em que foram desenvolvidos os TCs, também tem como princípio formativo a alternância, que consiste em

[...] uma forma de organização do processo de formação regido por princípios que ratificam uma concepção de educação como direito a ser garantido a todos e que reúne diversos instrumentos pedagógicos que integram o conhecimento prático, o conhecimento científico, as diversas epistemologias coexistentes no mundo, as identidades e as territorialidades dos sujeitos, no âmbito da escola e de outras instituições educacionais. (BRASIL, 2017, p.1)

A interação entre diversos sujeitos, em diversos espaços de conhecimento e epistemes, compõe a centralidade da pedagogia da alternância. Nesse sentido, as aulas ocorrem de modo alternado, no qual são articulados tempos/espaços de conhecimento, o Tempo Escola, em regime de internato, e o Tempo Família, na comunidade, realizando as pesquisas do plano de estudo e incorporando os conhecimentos teórico-práticos na propriedade.



A estrutura curricular da CFR aponta para a introdução dos gêneros textuais de prestígio na formação dos estudantes, sobretudo através do Projeto Profissional de Vida do Jovem (PPJ), que é requisito para obtenção do diploma de Ensino Médio e Técnico em Agropecuária. Ao escrever o estudante rememora os conteúdos técnicos estudados, isto é, as teorias, e emprega produção textual com o sentido de escrita do gênero projeto.

Além disso, a escrita não se dissocia da prática, uma vez que o estudante escreve planejando a implantação de uma determinada cultura de interesse do educando na propriedade, relembrando os conteúdos estudados, como clima, plantio, manejo de plantas e animais, controle de pragas e doenças, etc. Os subtemas que o estudante aborda no trabalho variam de acordo com a delimitação do tema. Esses trabalhos devem ser escritos e apresentados pelo estudante ao final do curso e tem a função de, através da teoria e da prática, contribuir para formação do estudante e permanência do jovem no campo com autonomia, por meio do trabalho a ser desenvolvido através do projeto. Nesse sentido, pode-se afirmar que o PPJ é um instrumento da pedagogia da alternância que, em sua essência, prima pela *práxis* pedagógica e está intimamente relacionado ao trabalho.

O estágio possibilitou a pesquisa se desenvolver no cotidiano escolar, desde o planejamento das atividades até o momento de intervenção em sala de aula, fomentando interações produtivas entre os envolvidos na escola, refletindo, analisando e avaliando as práticas docentes e processos de ensino-aprendizagem.

Havia inúmeras possibilidades de construção e implantação de um projeto de intervenção na disciplina de Língua Portuguesa na turma apresentada, mas foi necessário perceber o que havia de mais urgente a ser trabalhado com os estudantes dessa turma. Nesse sentido, a escolha pelo tema em torno da escrita do PPJ se justificou pela necessidade de intervenção na disciplina em que se produz o PPJ, haja vista que se tratava do último semestre do ensino médio e não haviam projetos escritos. Entre os impasses, foi possível observar dois gargalos que levam à dificuldades com a escrita do PPJ: os estudantes sentem dificuldade em relação à norma padrão da língua na escrita do projeto e não há tempo hábil para um trabalho mais específico com cada estudante para o desenvolvimento da escrita.

Contudo, essa escrita acaba sendo um desafio para os estudantes, tendo em vista que eles não têm o domínio sobre o gênero “projeto” e do português padrão, exigido para o texto do projeto. Além disso, termos científicos que constituem os tópicos introdução, objetivos, metodologia, etc, constitutivos de um projeto, são novos para os estudantes. Por outro lado, a escrita do PPJ, apesar de desafiadora, é muito importante, já que contribui para a ampliação de papéis sociais, considerando que a importância do planejamento do trabalho no lote ou na

comunidade e, quando formados, as possibilidades de atuação como técnico/a em agropecuária, construindo, por exemplo, projetos com vistas a financiamento. A escrita, nesses casos, torna-se um exercício para uso como ferramenta de trabalho na atuação profissional posterior à formação.

É no sentido de entender as maiores dificuldades dos estudantes com a variedade padrão da língua portuguesa e contribuir na construção dos PPJs que este trabalho está enraizado. Para tanto, o trabalho na escola com esses estudantes foi desenvolvido durante os meses de setembro a outubro de 2023, nas alternâncias do Ensino Médio. Portanto, pretendeu-se, dessa forma, que todos os estudantes conseguissem desenvolver seus projetos para obtenção do diploma de Ensino Médio e Técnico em Agropecuária.

A construção deste trabalho se deu a partir de três grandes temáticas: língua e poder; letramento e ensino de Língua Portuguesa e Pedagogia da alternância na Educação do campo. Para tanto, como referências foram consultados autores que pesquisaram sobre escrita e as relações de poder que se estabelecem na/por meio da língua como Bagno (2015, 2003), Lisbôa (2022). Autores que refletem sobre a língua e as práticas sociais como Kleiman (2007, 2008), Rojo (2006). Para compreender os processos históricos que constituíram a Pedagogia da Alternância e Educação do Campo como Gimonet (2007) e Estevam (2001).

O objetivo geral deste trabalho foi: analisar a relação dos estudantes com a língua escrita na produção do PPJ na Casa Familiar Rural Dorothy Stang, em Anapu - PA. Abaixo, pontuamos os objetivos específicos:

- Historicizar a relação da Casa Familiar Rural Dorothy Stang com a educação do campo no estado do Pará;
- Problematizar o Projeto Profissional de Vida do Jovem (PPJ) para a formação dos estudantes da CFR;
- Descrever as principais dificuldades na escrita do PPJ;
- Refletir sobre as relações de poder no ensino de língua escrita por meio do PPJ;
- Analisar como o processo de escrita do PPJ contribui para a ampliação dos letramentos sociais dos estudantes e a relação com o trabalho.

O TCC está dividido em cinco capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos a Pedagogia da Alternância, desde sua criação ao funcionamento da escola onde essa pesquisa foi desenvolvida. No segundo capítulo, fazemos o exercício de analisar o PPJ, e os vários sentidos que compõem esse instrumento didático da Pedagogia da Alternância. No terceiro capítulo, com o intuito de fazer uma reflexão sobre o ensino de Língua Portuguesa, articulamos os conceitos: língua e poder na nossa sociedade e letramento na perspectiva do ensino desse

componente curricular. No quarto capítulo, mostramos os pressupostos teórico-metodológicos empregados na realização da pesquisa e ações desenvolvidas na construção dos PPJs. No último capítulo, retomamos as discussões do capítulo três para embasar as análises dos enunciados dos estudantes na relação com o uso da língua em ambientes não formais e formais, evidenciando a produção escrita do PPJ.

## **1. DA LUTA PELA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA À CRIAÇÃO DA CFR DOROTHY STANG**

Como o contexto dessa pesquisa está enraizado na Educação do Campo, a nível da educação básica, nesta seção apresentamos um breve panorama histórico da Pedagogia da Alternância até a criação da CFR Dorothy Stang em Anapu (PA). Discutiremos conceitos fundamentais da educação do campo, culminando na história e caracterização da escola onde foi desenvolvido o projeto a exposição de uma escola do campo, que promove um modelo diferenciado de educação, onde foi realizada essa pesquisa.

Essa contextualização é importante para o entendimento da estrutura curricular e pedagógica da CFR e o papel do PPJ nessa formação. Além disso, essa historicização permite reflexões em torno do papel social da CFR que, para além de promover a educação do campo, possibilita o acesso ao ensino médio, que de outra forma não seria possível ou o estudante teria que sair do campo para a cidade para estudar.

### **1.1 A CONSTRUÇÃO DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA**

A Pedagogia da Alternância teve origem na França, em 1935, com a criação das MFR (Maisons Familiales Rurales - Casas Familiares Rurais). A construção desse tipo de escola se deu a partir da mobilização de líderes sindicais, da igreja católica e dos pais de jovens agricultores, que tinham suas vidas enraizadas numa profunda relação com a terra. Esses agentes foram motivados pela preocupação com o acesso à educação formal dos filhos, pois na época a instituição escola só existia na cidade. Para além do acesso, à escola que reivindicavam deveria atender às demandas desses jovens agricultores e do meio em que viviam. Tratava-se, portanto, de criar “[...] uma escola da terra, pelas pessoas da terra e para as pessoas da terra” (GIMONET, 2007, p. 22).

Essa escola nova deve ser a da pequena região, [...] uma escola para formar os agricultores e contribuir para o desenvolvimento do país. Uma escola que seja a sua e da qual assumem a gestão e todas as responsabilidades, agrupando-se em associação, uma forma jurídica que confere uma força e um poder. Uma escola para as famílias e os agricultores, e, além disto, para homens e mulheres da região. Deste modo, aquilo que estariam semeando ou plantando, através de um enraizamento profundo num território, teria alguma perenidade (GIMONET, 2007, p. 23).

A primeira experiência com a MFR data de 1945, com uma turma de 5 jovens na faixa etária de 13 e 24 anos. A escola funcionava nas instalações da igreja e as aulas eram ministradas pelo Padre Grannereau, alternando entre casa e igreja. No ano seguinte entraram mais 25 jovens. (ESTEVAM, 2001)

Nos primeiros anos as aulas ocorriam ainda a partir ainda da educação tradicional. A criação de uma escola inovadora, assentada nos interesses da população do campo, necessitava de uma pedagogia própria que concluísse com esse objetivo. Após a idealização e concretização da escola, o segundo passo para a consolidação do sistema do ensino proposto foi a criação da Pedagogia da Alternância. De acordo com (GIMONET, 2007, p.23), “a Pedagogia da Alternância elaborou-se não através de teorias, mas, antes, pela invenção e implementação de um instrumental pedagógico que traduzia, nos seus atos, o sentido e os procedimentos da formação”.

Na CFR Dorothy Stang, assim como em outras CFRs, a Pedagogia da Alternância norteia o processo educativo por quatro pilares: desenvolvimento do meio; formação integral; alternância e associação de pais (FRAZÃO; DÁLIA, 2011). Esses pilares devem se interligar de modo que todos se relacionem de forma integrada. Para tanto, proposta dessa pedagogia, são mobilizados instrumentos que ajudam a construir uma educação significativa à realidade, articulando escola e meio em que o estudante está inserido. Como principais instrumentos pedagógicos, podemos destacar o Plano de Estudo, a Colocação em Comum, Intervenção Externa, Visita às Famílias, Plantão Pedagógico, PPJ, entre outros.

Para que haja essa articulação, as aulas ocorrem de modo alternado, no qual os estudantes passam um tempo na escola em regime de internato, o Tempo Escola, e um tempo no lote, o Tempo Comunidade. É nesse sentido que a interação entre diversos sujeitos, em diversos espaços de conhecimento e epistemes, compõe a centralidade da Pedagogia da Alternância.

## 1.2 AS CFRS E A DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

A educação na zona rural no estado do Pará pode ser caracterizada metaforicamente como um funil, em que há uma relativa parcela da sociedade que consegue ingressar nas séries iniciais, e vai se afunilando conforme se aumenta o grau de instrução, fazendo com que, com a escassez da oferta do ensino fundamental maior e o médio, os jovens do campo não tenham acesso à educação. Quando o estudante chega ao ensino médio, a situação torna-se ainda mais

problemática, pois a existência das escolas de ensino médio em vicinais, por exemplo, é quase nula.

A CFR Dorothy Stang, assim como outras CFRs, oferta Ensino Médio, contudo ainda não é reconhecida pelo estado. Os professores que atuam na Casa não são contratados pelo Estado para lecionar, a prefeitura os paga como contratados do município e na Casa trabalham com os níveis de ensino médio e fundamental.

Para exemplificar o quão crítica é essa a situação, tomemos como exemplo a Vila Nazaré no município de Pacajá, situada às margens da Transamazônica entre duas vicinais. Nessa vila funcionava o Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME), contudo com vários problemas, desde falta de professor e prédio emprestado do município. Houve casos em que estudantes concluíram o ano e ficaram devendo 5 disciplinas. Esse sistema foi substituído por outro, mais barato para o Estado, O Sistema Educacional de Ensino (SEI).

O Sistema Educacional Interativo (SEI) é uma metodologia de Ensino Médio Presencial com Mediação Tecnológica por meio da qual a Secretaria do Estado de Educação do Pará (Seduc-PA) disponibiliza Ensino Médio Regular em comunidades rurais do Estado do Pará. Tem como seu maior propósito atender os alunos concluintes do Ensino Fundamental em comunidades rurais em que não há oferta da rede estadual ou em que a demanda é superior ao número de vagas oferecidas. (SEDUC, 2024)

Em outros casos, os estudantes vão para o município vizinho, Anapu, cerca de 15 km, ou para a CFR. Mas a questão do ensino médio na Vila Nazaré é sintomática de uma política de esvaziamento do campo, no qual o direito à educação é violado. Tudo isso para dizer que se em lugares onde a densidade demográfica é relativamente maior que a dos lotes das vicinais e não tem escola, imagina nesses outros lugares.

Os jovens do campo que moram em localidades distantes de onde há escola, sobretudo do ensino médio, se veem obrigados a deixar os estudos ou morar na cidade. As CFRs têm o objetivo social de fazer com que esse jovem tenha acesso à educação básica. A Pedagogia da Alternância permite que esse deslocamento, que seria diário em escolas regulares, aconteça com um intervalo maior, possibilitando que o estudante passe um tempo em casa e um tempo na escola.

A educação do campo através das contribuições da pedagogia da alternância, mais do que possibilidade de acesso à escola aos educandos do campo, integra os saberes escolares aos saberes populares, o conhecimento da realidade e o reconhecimento de si como sujeito pertencente ao meio, enxerga as problemáticas da realidade e tenta repará-las, desencaixa as

disciplinas tradicionais e descontextualizadas, trazendo uma nova perspectiva de conhecimento, que une teoria à prática

### 1.3 HISTÓRIA DA CFR DOROTHY STANG

Como vimos no tópico anterior, a partir das lutas pelos movimentos do campo em prol de uma educação que de fato atendesse as populações do campo, foram criadas as CFRs, com uma pedagogia própria. Na construção das CFRs da Transamazônica esse processo não foi diferente.

As iniciativas de construção de CFR emergem em um contexto posterior à colonização da Rodovia Transamazônica. A abertura da rodovia Transamazônica, no início da década 1970, reuniu homens e mulheres de todo o Brasil, sobretudo do nordeste, motivados pela necessidade de ter um lugar para plantar e produzir a vida. Entre tantos desafios enfrentados pelos migrantes nesse lugar desconhecido, (SOUZA, 2021) destacam que as práticas agrícolas eram totalmente novas em relação às práticas do local de origem. Nesse sentido havia carência de profissionais técnicos para orientar essas práticas, como enfatiza Ivan Chagas da Silva presidente da Associação de Pais da CFR Dorothy Stang

Bom o interesse da construção da CFR, não só dessa, como todas foi a necessidade de técnicos agrícolas na nossa região. Pensando bem, até o ano 2000, quando foi criado esse pensamento e essa história a gente tinha que importar técnicos aqui [...] Quando a gente começou a criar os primeiros projetos, não só de Casa Familiar Rural, mas de outros projetos também, projeto agrícola para ajudar o desenvolvimento da agricultura, a gente tinha que buscar em Belém. (informação oral)<sup>1</sup>

A partir dessa necessidade provocada pelas insatisfações com a situação rural da época, a Educação do Campo foi pauta de luta pelo Movimento Pela Sobrevivência da Transamazônica, com a colaboração do Laboratório Agroecológico da Transamazônica e a Universidade Federal do Pará (UFPA), além e do trabalho da Comissão Pastoral da Terra (CPT) na construção do movimento sindical rural<sup>2</sup> (BEZERRA, 2023).

---

<sup>1</sup> Entrevista de Ivan Chagas da Silva, presidente da Associação de Pais da CFR Dorothy Stang, cedida a Ana Carla Leite Veloso, em 30 de dezembro de 2023.

<sup>2</sup> “Não somente na Amazônia, mas em todo o país, a Igreja Católica assumia o papel de incubador institucional para o novo sindicalismo rural. Na região, desde os primeiros anos da colonização da Transamazônica, a organização dos agricultores era feita a partir do trabalho das pastorais sociais. Por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), as pastorais sociais formavam uma rede de ação evangelizadora e de organização social nas localidades mais isoladas” (HOUTZAGER, 2004 apud BEZERRA, 2023, p. 18).

Vale destacar a importância da Irmã Dorothy Stang, no processo de criação das CFR de Anapu. Entre os anos 2000 e 2002 foi realizada uma intensa mobilização de jovens agricultores do município para que conhecessem as experiências desse tipo de escola em outros estados como Amapá e Santa Catarina. O objetivo dessa mobilização foi formar esses jovens para a construção de uma escola parecida no município de Anapu. (BEZERRA, 2023). Nesse sentido, Ivan explica:

Com a formação deles a gente começou brigar e correr atrás pra realmente ser aprovado o projeto das Casas Familiares Rurais que já era um sonho na cabeça das lideranças né e aí a gente começou trabalhar essas expectativas. Pra que nós tivesse nosso corpo técnico, nós tinha que ter uma escola técnica também (informação oral)<sup>3</sup>

Portanto, a partir da intensa mobilização das lideranças, foi criado um movimento para a construção das CFRs na Transamazônica. a CFR começou a funcionar em 2008, com uma turma de 60 estudantes do Ensino Médio. Desde então, vem formando os “filhos da terra” do município de Anapu e região da Transamazônica.

#### 1.4 FUNCIONAMENTO DA CFR DOROTHY STANG

A CFR é uma escola que tem como base teórico-metodológica a Pedagogia da Alternância. Voltada para a formação a nível básico dos jovens do campo, as aulas acontecem em regime de alternância, o que possibilita o aprendizado em espaços-tempo de aprendizado alternados entre Tempo Escola e Tempo Família. Durante 15 dias, os estudantes permanecem na escola estudando, tendo aulas práticas, convivendo coletivamente com os colegas. Já o Tempo Família, é dedicado a atividades de pesquisa e prática de conhecimentos aprendidos na escola.

**Figura 1** - CFR Dorothy Stang

---

<sup>3</sup> Entrevista de Ivan Chaves, presidente da Associação de Pais da CFR Dorothy Stang, cedida a Ana Carla Leite Veloso, e aos estudantes da escola E9, E10, E17 e E18 em 30 de novembro de 2023.





**Fonte:** acervo da autora

Um ponto importante para se entender o funcionamento da CFR no Tempo Escola, é a formação para a convivência coletiva. Todos os estudantes são impelidos a terem responsabilidades com o local que compartilham, exercitando o trabalho como princípio educativo. Os mesmos são importantes responsáveis pela organização da escola, que não dispõe de funcionário para sua manutenção física, com exceção dos professores, os funcionários correspondem a diretor, secretária, coordenadora, presidente, vigias e cozinheiras. Para essa organização, há um planejamento de setor. O setor é o local que os alunos responsáveis cumprirão as demandas exigidas durante a etapa, a exemplo, os responsáveis pelo jardim regam as plantas e fazem os tratos culturais, os responsáveis pela áreas externa recolhem o lixo. Esses grupos de alunos possuem uma organização política, cujas categorias são líder, vice-líder e liderados.

Além das aulas das disciplinas comuns, há aulas de campo em que os alunos aprendem a lidar com agricultura e criação de animais domésticos, sempre acompanhados pelo professor de campo. Ademais, os/as estudantes também acessam a teoria do que praticam através do Tema Gerador. Esse conceito foi construído e sistematizado por Freire (2001) na busca por uma ferramenta que gera reflexões sobre os à realidade opressora, ampliando criticamente o conhecimento desta para a emancipação dos sujeitos no mundo. O autor Chama atenção para a importância do trabalho com os temas geradores na educação como estratégia metodológica:

O esforço de propor aos indivíduos dimensões significativas de sua realidade, cuja análise crítica lhes possibilite reconhecer a interação de suas partes. [...] Desta maneira, as dimensões significativas que, por sua vez, estão constituídas de partes em interação, ao serem analisadas, devem ser percebidas pelos indivíduos como dimensões da totalidade. (FREIRE, 2021, p. 133-134)

Os Temas Geradores na CFR são escolhidos de maneira coletiva, de acordo com o diretor da escola:

Primeiramente é feita uma visita nas comunidades onde é perguntado para os pais o que eles querem que os filhos estudem. Depois são analisados e sintetizados os 10 temas geradores mais votados e ao longo do ano, em cada alternância eles estudam um desses temas. (informação oral)<sup>4</sup>

Os temas geradores são materializados, primeiramente, através do Plano de Estudo (PE), no qual são levantadas questões a respeito do tema gerador apresentado. A dinâmica é assim: os alunos são divididos em grupos por localidade, cada grupo é responsável por determinada quantidade de questões, depois, coletivamente, são eleitas as questões do PE. Em entrevista gravada, um estudante explicou o seguinte:

O PE pra quem não sabe é o plano de estudo, aí eu vou entrevistar ou um pai ou responsável pela pessoa, aí é tipo uma entrevista, a gente vai entrevistar lá, vai fazendo as pergunta e de acordo com que a pessoa vai respondendo, cê vai escrevendo. Aí quando chega na escola, o professor X ou então o Y, vai fazer a colocação em comum. A colocação em comum pra quem não sabe é tipo quando a taxa de porcentagem que cada um dos PE, vai juntar um grupo aí vai ter a taxa de porcentagem, tipo assim 10% 5% responderam... [...] vão juntar as resposta de todo mundo e vão fazer a colocação em comum. (Informação oral)<sup>5</sup>

Como na produção do questionário, na colocação em comum os alunos também são organizados em grupo. Eles analisam os dados coletados por cada um, ampliando a compreensão da realidade, no âmbito dos territórios a qual pertencem. Esses dados são registrados em texto do gênero relatório e apresentados oralmente para o restante da turma.

A partir daí, os professores preparam as fichas pedagógicas, isto é, as apostilas que contém a teoria a respeito do tema gerador. Essas fichas deverão ser contextualizadas no ensino das disciplinas que os alunos estudam.

As atividades citadas acima, embora não façam parte especificamente da disciplina Língua Portuguesa, abordam diretamente orientações indicadas pela BNCC para esse componente. Pode-se afirmar que a realização do plano de estudo e da entrevista (pesquisa), a colocação em comum (sistematização de dados), a produção do relatório e socialização dos trabalhos, contemplam todos os eixos previstos para essa disciplina: (i) Eixo da Leitura, (ii)

---

<sup>4</sup> Entrevista de Raimundo Nonato C. Pereira, Diretor da CFR Dorothy Stang, cedida a Ana Carla Leite Veloso, em 14 de abril de 2022.

<sup>5</sup> Entrevista de E19, aluno da CFR Dorothy Stang, cedida a Ana Carla Leite Veloso, em 19 de abril de 2022.

Eixo da Produção Textual, (iii) Eixo da Oralidade, (iv) Eixo da Análise Linguística/semiótica. Além disso, também perpassam essas atividades os campos de atuação: Práticas de estudo e pesquisa e Jornalístico-midiático.

Portanto, a dinâmica da escola a partir do trabalho com os instrumentos da Pedagogia da Alternância, permite que o letramento seja mediado por instrumentos que dialogam com a realidade dos estudantes. O Plano de Estudo, a pesquisa realizada no Tempo Família, a Colocação em Comum e o PPJ, são instrumentos pedagógicos que empregam práticas situadas de leitura e escrita. Nesse sentido, os processos de letramento se dão na construção político pedagógica da Pedagogia da Alternância

#### **1.4.1 O trabalho como princípio educativo**

O trabalho é parte constituinte da construção das condições materiais de existência do homem (LUCKESI, 1994). Dessa forma,

Na construção da sociedade, cabe interiorizar desde a infância o fato de que todo ser humano, enquanto ser da natureza e, ao mesmo tempo, distinto dela, não pode prescindir de, por sua ação, sua atividade física e mental, seu trabalho, retirar da natureza seus meios de vida. A afirmação remete à produção do ser humano como um ser da natureza, mas também como produto da sociedade e da cultura de seu tempo. Trata-se, então, de, no processo de socialização, afirmar, o entendimento do meio de produção e reprodução da vida de cada ser humano – o trabalho – como um dever e um direito em função exatamente do seu caráter humano. (FRIGOTTO; CIAVATTA, p. 751)

A juventude do campo, vivencia esse processo desde muito mais cedo, pois a ação de produzir a vida é ensinada nas casas e nas roças. Nesse sentido, partindo de uma concepção de trabalho como atividade criadora, Caldart (2015) chama atenção para a matriz pedagógica imbricada no trabalho. Para a autora, este tema deve ser trabalhado, em escolas do campo, desde o Ensino Fundamental. Para que, assim, desde a infância, os jovens entendam o fator pedagógico embutido no trabalhar a terra e consciência da não exploração da natureza, que são findáveis. Dessa forma, essa concepção de trabalho como princípio educativo vai de encontro à concepção capitalista.

Sobre a Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio, a LDB (2017) prevê que seja “oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno;”(BRASIL, 2017, Art. 36-C). Nessa perspectiva, a CFR Dorothy Stang, é uma escola do campo que atende a jovens

agricultores familiares de Anapu e dos municípios vizinhos, possibilitando-os formação a nível médio, bem como acesso ao conhecimento técnico da área.

O trabalho está inserido na dinâmica escolar da CFR como um elemento formador, ou seja, um princípio educativo que contribui para a emancipação dos sujeitos. Os estudantes participam ativamente no trabalho organizativo da escola. São eles os responsáveis por organizar as salas, cuidar do jardim, alimentar os animais, fazer plantios, etc. Alguns desses setores são laboratórios e o trabalho constitui-se, também, como aula prática.

O trabalho pedagógico que contempla a práxis educativa aponta para uma educação em que a teoria e ação se interligam em um movimento que possibilita a construção de conhecimento. Para essa prática, os programas didáticos impostas não são interessantes. Os educadores tomam “suas decisões a partir de orientações emanadas do coletivo político ao qual pertencem”. Assim,

a práxis educativa deve significar a emergência de novas formas de se lidar com o processo de ensino-aprendizagem: com os conteúdos, métodos e técnicas, planejamento e avaliação, relação professor-aluno e a gestão escolar; processos interativos como, por exemplo: gestão participativa, trabalhos em grupo, debates, seminários etc., enfim, discussões e experimentos que proporcionem a troca, o intercâmbio, o avanço solidário. (SOUZA *et al*, p. 112)

A auto-organização dos alunos visa permitir que os mesmos participem na condução dos trabalhos de aula, da escola e da sociedade, vivenciando, desde o interior da escola, formas democráticas de trabalho que marcarão profundamente sua formação (SOUZA *et al*, p. 114). Nessa perspectiva, a CFR Dorothy Stang pode ser caracterizada como uma representação do mundo do trabalho. Desse modo, cada estudante é responsável por cuidar do setor a que pertence porque o funcionamento da escola depende do compromisso de todos os estudantes com o trabalho cotidiano. Na tabela a seguir sistematizamos o que é trabalhado em cada setor.

**Tabela 1** - Quadro de setores da CFR

Setor	Atividades desenvolvidas pelos responsáveis
Horta	Tratos culturais(limpeza, irrigação, controle de insetos, adubação orgânica), plantios diversos, colheita diária, observação e análise.
Horta medicinal	Tratos culturais (irrigação, limpeza, adubação orgânica)
Avicultura	Manejo( limpeza diária dos bebedouros e comedouros, abastecimento de ração e água, coleta de ovos) caso chegue novos pintinhos é feita uma esterilização do aviário
Suinocultura	Manejo (limpeza de baias e banho dos animais, alimentação dos animais, balanceamento de ração, observação e controle de doenças (podem ser feita capação em leitões, corte das presas)

Fruticultura	Irrigação época estiagem, poda seletiva, controle de pragas e doenças sem uso de inseticidas ou agrotóxicos, limpeza e colheita
Viveiro	Plantio em saquinhos, produção de mudas diversas, enxertia, alporquia, clonagem de cacauzeiros, irrigação e controle de pragas
Área externa	Recolher todo o lixo das áreas de convivência externas
Cozinha	Preparar o café da manhã; servir a alimentação; lavar as panelas; organizar a cozinha
Refeitório	Colocar água no bebedouro, limpar as mesas e o chão do refeitório após as refeições
Salas	Varrer e organizar as carteiras das salas
Auditório	Varrer e organizar as cadeiras do auditório

**Fonte:** produzido pela autora

A partir do trabalho coletivo realizado durante o Tempo Escola, ao final da alternância são avaliadas as ações realizadas. A avaliação de setor é um momento de diálogo, em que os professores e estudantes avaliam o TE e os estudantes fazem a avaliação de setor. Essa avaliação é encabeçada pelos líderes de setor que avaliam o desenvolvimento liderados e dizem se reprovam ou passam. Os estudantes que reprovam, continuarão no mesmo setor na etapa seguinte. Vale destacar que cada professor é responsável por um setor e ajuda no planejamento das atividades, do qual os estudantes devem apresentar o relatório das atividades desenvolvidas

Portanto, “O conteúdo da educação é um instrumento de luta e criação”. Não pode-se pensar em criação, sem pensar em trabalho, porque ele é o possibilitador da produção da vida, mas também foi/é instrumento de exploração do homem pelo homem para geração e acumulação de riqueza, além de produção de desigualdades sociais. É contra este último que a escola deve se opor, construindo formas de compreensão do trabalho coletivo e significativo como instrumento de luta e libertação. Assim sendo, a escola deve desenvolver três habilidades básicas: “1) habilidade de trabalhar coletivamente [...]; 2) capacidade de abarcar organicamente cada tarefa; 3) capacidade para criatividade organizativa.” (PISTRAK, 2018, p.52).

O trabalho na CFR é uma atividade essencial para o funcionamento da CFR, os estudantes aprendem a trabalhar em coletivo no decorrer das semanas em que ficam alojados na escola. Não se trata de um trabalho especificamente remunerado, mas um trabalho pautado na partilha das tarefas cotidianas e formação de atitudes. Então, pode-se considera este trabalho como um princípio educativo.

#### **1.4.2 Família e escola: uma Associação possível**

A Associação de Pais da CFR é um dos pilares que sustenta a escola. De acordo com Ivan, “quando o pai matricula seu filho na escola ele automaticamente vira sócio”. A relação entre a família e a escola não se trata apenas de uma mera aproximação. Mas de fato é uma inserção da comunidade na escola. Os pais, mães ou responsáveis são sócios da Associação de Pais da CFR, no qual uma das regras a que os associados devem cumprir é a monitoria durante 2 dias anuais. Nessas monitorias, os pais/mães, acompanham o cotidiano escolar dos filhos/as e demais estudantes.

Há ainda, na monitoria, o trabalho nas atividades desenvolvidas no cotidiano escolar. O direcionamento das atividades vão de acordo com seus interesses, por exemplo, realização de oficinas de artesanato, participação nas aulas de campo, na cozinha, na organização dos estudantes.

## 2. ALGUMAS NUANCES DO PPJ

No capítulo anterior, vimos que a proposta pedagógica das CFR se baseia nos instrumentos da Pedagogia da Alternância. Sendo o PPJ o instrumento que nos debruçamos a analisar neste trabalho, afirmamos que ele tem várias outras camadas de sentidos que demonstram como é uma ferramenta didática complexa e importante para a formação de jovens agricultores familiares. Essa complexidade perpassa a relação entre trabalho e educação, fortalecimento da agricultura familiar, interdisciplinaridade, além de outros aspectos que este trabalho não dá conta de abarcar.

Neste capítulo, conceituaremos o PPJ e o analisaremos de maneira sistêmica, observando alguns aspectos desse instrumento pedagógico. Nos capítulos seguintes, refinamos nossa discussão sobre esse tema, evidenciando suas implicações para o ensino de Língua Portuguesa e para a formação dos estudantes da CFR.

### 2.1 CONCEITUANDO O PPJ

O PPJ é um instrumento da Pedagogia da Alternância que está profundamente relacionado com o pilar “desenvolvimento do meio” (COUTO, 2016). Trata-se da escrita e apresentação de um projeto voltado para a questão agropecuária local, no qual, geralmente, o jovem projeta a implantação de alguma cultura na propriedade. Nesse sentido, ao escrever o estudante rememora os conteúdos técnicos estudados e projeta suas ações enquanto agricultor profissional, empregando, assim, a produção textual com o sentido de escrita do gênero projeto. Além disso, também é requisito para obtenção do diploma de Ensino Médio e Técnico em Agropecuária.

Esse exercício possibilita que os estudantes relembrem conteúdos estudados ao longo do curso, como clima, plantio, manejo de plantas e animais, controle de pragas e doenças, etc. Os subtemas que o estudante aborda no trabalho variam de acordo com a delimitação do tema.

Esses trabalhos devem ser escritos e apresentados pelo estudante ao final do Ensino Médio Integrado ao Curso Técnico em Agropecuária e tem a função de, através da teoria e da prática, imbricadas na elaboração e implantação do PPJ, contribuir para formação do estudante e permanência no campo com garantia de renda, por meio do trabalho a ser desenvolvido através do projeto.

Os projetos técnicos são os mais comuns entre os estudantes. Contudo não há restrições quanto à natureza do PPJ e escolha do tema. Os estudantes têm liberdade de escrever sobre o assunto que tiverem interesse. Além dos projetos de implantação, há projetos de pesquisa e extensão. Como observado na imagem, os tópicos obrigatórios do projeto possuem nomenclaturas da linguagem científica:

**Figura 2** - Template do PPJ

<p><b>1 INTRODUÇÃO</b></p> <p><b>2 JUSTIFICATIVA</b></p> <p><b>3 OBJETIVOS</b></p> <p>3.1 OBJETIVO GERAL</p> <p>3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p> <p><b>4 METAS</b></p> <p><b>5 CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE</b></p> <p><b>6 METODOLOGIA</b></p> <p><b>7 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b></p> <p>Tabela x - Cronograma de execução das atividades previstas no projeto</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Atividade</th> <th colspan="12">Ano</th> </tr> <tr> <th>Jan</th> <th>Fev</th> <th>Mar</th> <th>Abr</th> <th>Mai</th> <th>Jun</th> <th>Jul</th> <th>Ago</th> <th>Set</th> <th>Out</th> <th>Nov</th> <th>Dez</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Construção do viveiro</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>X</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table> <p><b>8 VIABILIDADE ECONÔMICA</b></p> <p>Tabela. Orçamento do Projeto</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Item</th> <th colspan="4">Ano</th> </tr> <tr> <th>Unidade</th> <th>Quantidade</th> <th>Valor Unitário (R\$)</th> <th>Valor Total (R\$)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Preço 17x21</td> <td>Kg</td> <td>2</td> <td>16,90</td> <td>33,80</td> </tr> <tr> <td>XXXXXXXXXX</td> <td>xx</td> <td>x</td> <td>xxxx</td> <td>xxxx</td> </tr> <tr> <td colspan="3" style="text-align: center;">Total</td> <td></td> <td>xxxx</td> </tr> </tbody> </table>	Atividade	Ano												Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Construção do viveiro							X						Item	Ano				Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)	Preço 17x21	Kg	2	16,90	33,80	XXXXXXXXXX	xx	x	xxxx	xxxx	Total				xxxx	<p>Tabela x - Orçamento da mão-de-obra</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Atividade</th> <th>Unidade</th> <th>Quantidade</th> <th>Valor Unitário (R\$)</th> <th>Valor Total (R\$)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Produção de mudas</td> <td>DH</td> <td>10</td> <td>80,00</td> <td>800,00</td> </tr> <tr> <td>XXXXXXXXXX</td> <td>xx</td> <td>xx</td> <td>xxxx</td> <td>xxxxx</td> </tr> <tr> <td colspan="3" style="text-align: center;">Total</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table> <p><b>8.2 RECURSOS DISPONÍVEIS</b></p> <p><b>8.3 RECEITA</b></p> <p>Tabela x - Receitas</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Receita Bruta</th> <th>Despesas</th> <th>Receita Líquida</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>xxxx</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>xxxx</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>xxxx</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table> <p><b>9 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b></p> <p><b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b></p>	Atividade	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)	Produção de mudas	DH	10	80,00	800,00	XXXXXXXXXX	xx	xx	xxxx	xxxxx	Total					Ano	Receita Bruta	Despesas	Receita Líquida	xxxx				xxxx				xxxx				Total			
Atividade		Ano																																																																																																					
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez																																																																																											
Construção do viveiro							X																																																																																																
Item	Ano																																																																																																						
	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)																																																																																																			
Preço 17x21	Kg	2	16,90	33,80																																																																																																			
XXXXXXXXXX	xx	x	xxxx	xxxx																																																																																																			
Total				xxxx																																																																																																			
Atividade	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)																																																																																																			
Produção de mudas	DH	10	80,00	800,00																																																																																																			
XXXXXXXXXX	xx	xx	xxxx	xxxxx																																																																																																			
Total																																																																																																							
Ano	Receita Bruta	Despesas	Receita Líquida																																																																																																				
xxxx																																																																																																							
xxxx																																																																																																							
xxxx																																																																																																							
Total																																																																																																							

**Fonte:** Arquivo CFR (adaptado)

O texto do PPJ deve ser escrito conforme a norma padrão da língua portuguesa, além de seguir as exigências da ABNT. Dessa forma, o PPJ materializa o maior desafio para os estudantes com os gêneros de prestígio na formação.

O processo pós-produção textual, isto é, quando o jovem deixa de ser estudante e passa a ser egresso e profissional da agricultura, envolve a prática da implantação do projeto. O estudante formado na CFR, sai da escola com uma possibilidade de trabalho. Não é um trabalho assalariado. Mas um trabalho que tem suas raízes na terra, que contribui para a autonomia do jovem do campo. Podemos afirmar que, para além dos benefícios locais, tanto para propriedade quanto para o sistema social desta, tem potencial para contribuir a nível municipal, através do abastecimento local, direto do produtor.



## 2.2 O PPJ E A BNCC

O ensino de LP, deve possibilitar ao estudante o contato com diversos gêneros textuais tendo como base as práticas sociais dos estudantes, da família, da comunidade a que pertence (KLEIMAN, 2007, 2008).

A BNCC é um documento oficial que indica as competências e habilidades básicas que os estudantes devem desenvolver ao longo da sua formação básica, levando em consideração o que deve ser aprendido em cada idade e série escolar (BRASIL, 2007)

Os eixos de integração propostos para o Ensino Médio são as práticas de linguagem consideradas no Ensino Fundamental – leitura, produção de textos, oralidade (escuta e produção oral) e análise linguística/semiótica. As dimensões, habilidades gerais e conhecimentos considerados, relacionados a essas práticas, também são os mesmos (cf. p. 72-74; 77-78; 79-80; 82-83), cabendo ao Ensino Médio, como já destacado, sua consolidação e complexificação e a ênfase nas habilidades relativas à análise, síntese, compreensão dos efeitos de sentidos e apreciação e réplica (posicionar-se de maneira responsável em relação a temas e efeitos de sentido dos textos; fazer apreciações éticas, estéticas e políticas de textos e produções artísticas e culturais etc.). (BRASIL, 2017, p. 492)

Apesar de este trabalho está situado em uma concepção de ensino assentada na crítica às práticas tradicionais que impõe uma “cartilha” de conteúdos que deve ser seguida homogeneamente por todos os estudantes, independentemente, do lugar territorial-cosmológico-cultural de classe que esses estudantes se encontram, foi possível constatar que o trabalho pedagógico com o PPJ atende às demandas exigidas pela BNCC. No que se refere aos eixos de integração, os estudantes praticam a leitura para escrever um texto embasado, estão em constante análise sobre o que está sendo escrito, escrevendo e reescrevendo, e, ao final, praticam exercitam a oralidade na defesa do projeto.

## 2.3 A POTENCIALIDADE INTERDISCIPLINAR DO PPJ

Apesar deste trabalho focar nos aspectos linguísticos que envolvem a produção do PPJ, abrimos esse subtópico para apresentar brevemente as outras áreas do conhecimento que são mobilizadas na construção desse tipo de trabalho escolar. Nesse sentido, identificamos ocorrências das disciplinas da base comum, agrupando-as de acordo com as áreas do conhecimento. Contudo, é importante destacar que elas ocorrem, no projeto, de forma integrada, de modo que as áreas do conhecimento se interligam umas com as outras para a

construção do texto e, dependendo do que escolhido pelo estudante, pode haver foco mais em uma do que em outra.

Para tanto, selecionamos alguns trechos dos textos dos estudantes como materialidade de análise para evidenciar o caráter interdisciplinar do PPJ.

### 2.3.1 Ciências Exatas

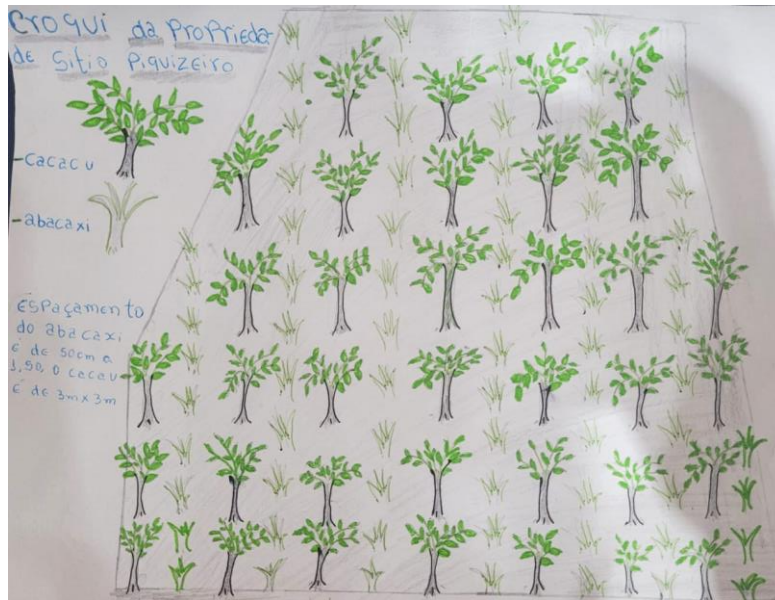
Um dos tópicos obrigatórios nos projetos técnicos da CFR é a viabilidade econômica, dentro deste tópico há três subtópicos: tabela de orçamento, no qual serão detalhados todos os materiais que serão utilizados para a implantação do projeto durante o recorte de tempo que o estudante delimitou, esses recursos são somados; recursos disponíveis, no qual será feito o levantamento do que produtor rural já tem disponível na propriedade que não será necessário comprar, por exemplo, despoldadeira, cavaleira, carro de mão, etc; viabilidade econômica, no qual os estudantes, tendo calculados o lucro total, receita bruta, subtraem as despesas, calculando assim a receita líquida.

A matemática, sobretudo o conteúdo “Cubação de terra”<sup>6</sup>, dependendo da cultura que o estudante irá trabalhar, há um espaçamento indicado entre uma planta e outra, o estudante precisará saber o quanto ele vai plantar no espaço que ele tem disponível, ou o quanto de espaço precisa para a quantidade de plantas que irá plantar.

**Figura 3** - Croqui da propriedade Sítio Piquizeiro

---

<sup>6</sup> A cubação é um método popular de medição de terra com importância econômica e social, para a subsistência e a produção das pequenas propriedades do meio rural, em especial nos assentamentos. (CATAPAN, LORIN, 2010)



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Neste projeto o objetivo do estudante é implantar a cultura do abacaxi aproveitando uma área onde já tem uma cultura plantada, o cacau. O cacau está plantado em um espaçamento de 3x3 m. O abacaxi exige um espaçamento de 0,5m entre uma planta e outra e um espaço de 1,20 entre uma fileira e outra. Na imagem acima, nota-se que o estudante mobilizou conhecimentos da área da geografia ao situar o espaço e artes para a representação gráfica.

Alguns estudantes, mobilizam o conteúdo porcentagem, como representado a seguir

A partir dos dados coletados, também foi possível relatar que, 60% da renda obtida pelos agricultores associados é mensal e 40% anual. 33,3% dos agricultores tem a renda de até 2 salários mínimo, 53,3% recebem até 3 salários mínimo, 3,3% 1 salário mínimo, 6,6% recebem até 5 salários mínimo mensalmente e 6,6% recebem até mais de 5 salários mínimo (ALVES; FREIRE, 2023).

Nesse projeto, as estudantes tinham o objetivo de traçar o perfil socioeconômico dos pais dos estudantes da CFR. Para tanto, realizaram uma pesquisa social, no qual produziram questionário, realizaram entrevistas e fizeram o processo de análise de dados quantitativa. Assim como nos projetos citados neste subtópico, em todos os projetos a matemática aparece.

### 2.3.2 Ciências Humanas e Sociais

De certa forma todos os projetos têm um cunho social. Grosso modo, eles têm que produzir um planejamento de atividades a serem trabalhadas no lote, sendo um agente social no lote. Além disso, essa incidência pode ser mais explícita na escrita do PPJ no tópico

“Caracterização da propriedade”, no qual uma das indicações é fazer um histórico de como a propriedade foi adquirida pela família.

A propriedade primeiramente foi um local de ocupação de sem terras, que foi vendida para o produtor atual. No ano de 2003 o tamanho de 18 ha. No final do ano de 2017, a família comprou mais 22 ha e no ano de 2022 a família comprou mais 12,5 ha de terreno. No total ficou 52 ha e meio. O projeto vai se desenvolvido dentro da propriedade. (SANTOS, 2023)

Nesse trecho, podemos observar que o estudantes traçou uma linha do tempo sobre a historicidade do lote da família. Certamente o que fundamentou essa escrita, foi o ouvir essas histórias dos pais. Percebemos também a mobilização da área de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais através do processo de análise que o estudante emprega na observação dos fatores socioeconômicos no próprio meio, isto é, no lote da família, da ampliação desse meio, os lotes vizinhos.

São muitos os agricultores que trabalham com cultivo de cacau, a maioria são pequenos agricultores e trabalhadores pais de família que trabalham para trazer o sustento da própria casa. Minha família por exemplo trabalha com o cultivo de cacau há mais de 20 anos, é também na comunidade tem vários vizinhos e colegas que trabalham com essa cultura, são pequenos agricultores que utilizam essa prática do cultivo de cacau. (LEITÃO, 2023)

O excerto, a seguir, é referente ao PPJ cujo tema é: “Implantação de uma horta na área do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), município de Anapu-pa”.

Dessa forma, é de competência do CRAS proporcionar à população em situação de vulnerabilidade a integração, a socialização, o acesso ao direito e à cidadania, a profissionalização, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de cursos, oficinas, palestras, grupos socioeducativos e de convivência, visando o desenvolvimento de potencialidades e a promoção social. Com isso foi levantada uma problemática, a alimentação dos pacientes, portanto foi identificado a necessidade iminente de implantar algo que complementasse a alimentação dos pacientes. Portanto uma das opções mais viáveis seria a implantação de uma horta sustentável. (ARAÚJO, 2023)

Esse PPJ foi construído a partir de um experiência de estágio<sup>7</sup> na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura do município de Anapu (PA). A experiência deu origem a uma pesquisa-ação no CRAS, no qual o estudante percebeu as problemáticas em torno do lugar onde estava e entrevistou na construção de uma ação que amenizasse esses problemas.

---

<sup>7</sup> O estágio também é um instrumento da Pedagogia da Alternância, nele o estudante intervém no meio

### 2.3.3 Ciências da Natureza

A mobilização de conhecimentos das Ciências da Natureza são extremamente importantes na construção do PPJ. Os assuntos aparecem sobretudo no conteúdo “solo”. Para exemplificar, selecionamos os seguintes recortes dos textos produzidos pelos estudantes:

O projeto em questão pode beneficiar o meio ambiente, pois seria reutilizado pneus na montagem das estruturas como forma de apoio para os ramos das plantas. Quando o pneu é descartado no meio ambiente ele é capaz de gerar uma série de malefícios à saúde, pois demora cerca de 600 anos para se decompor, tornando um criadouro ideal do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, zika vírus, chikungunya. (E2)

O controle de ervas daninhas ocorrerá com o roço que não removerá o mato por completo, deixando-o como forma de cobertura para a proteção do solo. (E2)

Os tratos culturais serão a cobertura morta que exerce efeitos benéficos no solo como proteção contra ações das chuvas, redução do escoamento da água e das enxurradas e o aumento do teor de matéria orgânica. Esses tratos culturais são responsáveis pelo desenvolvimento da plantação e na vida útil dos pimentais. Para fazer cobertura vai ser utilizado madeira curtida e capim. (E1)

Portanto, a partir das discussões realizadas nesta seção, percebemos uma mobilização de conhecimentos necessários à construção do PPJ, fomentando um diálogo interdisciplinar entre as áreas do conhecimento. Isso torna o PPJ uma potente e significativa ferramenta pedagógica para ser trabalhada em sala de aula.

### 3. LÍNGUA PORTUGUESA E AS RELAÇÕES DE PODER NO ENSINO

Neste capítulo, apresentamos reflexões sobre a relação entre língua e poder, mobilizando discussões em torno da gramática normativa em processos de exercício desse poder no âmbito do ensino. Trazemos ainda novas considerações sobre o campo da escrita, abordando o letramento e, por último, refletimos sobre a escrita no ensino de língua, estabelecendo proposições sobre o processo de ensino aprendizagem da língua, tendo como centralidade as práticas sociais locais dos estudantes e suas implicações para atuação e empoderamento social.

#### 3.1 LÍNGUA E PODER

“Falar não é somente se servir de uma língua, mas por um mundo em comum, fazê-lo lugar de encontro” (BARBERO, 2014, p. 30). Conceber a língua como simples código linguístico, isto é, a correspondência entre significado e significante como nos ensina Saussure (2006), não contempla a complexidade de usos da linguagem. Contudo, a associação engessada de uma forma correta de falar e escrever a uma norma padrão, cujo dicionário e a gramática são parâmetros para uso da linguagem em circunstâncias específicas, evidencia as relações de poder atravessando a língua e as práticas de linguagem.

Os dicionários constituem o referencial léxico das “palavras legitimadas”. No entanto, esses vocábulos encaixotados em seus significados tratam-se de uma abstração, já que “as palavras não têm realidade fora da situação linguística; as palavras existem nas situações nas quais são usadas” (GNÉRRE, 1991, p. 19). Assim, a linguagem é interação humana. Por ela os sujeitos se relacionam com o mundo, com seus semelhantes consigo.

Ao problematizar a gramática normativa, Bagno (2009) argumenta que os gramáticos que prescrevem a norma não seguem uma metodologia científica. Segundo o autor, são materialidades de análise as obras literárias de grandes autores da língua portuguesa e, desse recorte, são selecionados os momentos que confirmam as regularidades linguísticas “corretas”, ignorando as “exceções”. Nesse sentido, “A forma de instrumentalização das citações pode levar o leitor a crer que aqueles escritores só escreveram de acordo com a tradição gramatical, [...] o uso que fazem da língua é tão bom/correto que eles servem de modelo para todos os demais falantes-escreventes da língua” (BAGNO, 2009, p. 158).

Contudo, essa ideia é ilusória, já que grandes autores, como Machado de Assis, considerado o maior escritor brasileiro de todos os tempos, cometeu o que a própria norma considera “erro” em suas obras. Além disso, muitas palavras usadas por Machado de Assis hoje são consideradas obsoletas. Assim, a forma de se fazer gramática está alicerçada em inconsistências e abstrações que não correspondem à língua em uso (BAGNO, 2009).

Gnérre (1991) chama atenção para o fato de que a gramática normativa ocupa um lugar privilegiado no exercício do poder. Enquanto teorias de outras áreas do conhecimento foram refutadas e superadas, em relação à gramática tradicional, porém, a impressão que se tem é de continuidade. Em outras palavras, por mais que as línguas sofram processos de mutabilidade, fenômeno intrínseco já que a língua é viva, e sejam incorporadas ao dicionário, essas mudanças vão sucessivamente substituindo palavras mortas, que já não têm uso na realidade cotidiana. Para o autor, essa característica contínua, menos tem a ver com o fazer científico, do que com uma semelhança aos dogmas da igreja, no qual, com o passar dos anos, as regras mudam, contudo a ideia central é inquestionável.

Tal crítica também é reforçada por Bagno (2015):

A gramática tradicional permanece viva e forte porque ao longo da história ela deixou de ser apenas uma tentativa de explicação filosófica para os fenômenos da linguagem humana e foi transformada em mais um dos muitos elementos de dominação de uma parcela da sociedade sobre as demais. Assim como, no curso do tempo, tem se falado da Família, da Pátria, da Lei, da Fé, etc. como entidades sacrossantas, como valores perenes e imutáveis, também a “Língua foi elevada a essa categoria abstrata, devendo, portanto, ser ‘preservada’ em sua ‘pureza’, ‘defendida’ dos ataques dos ‘barbarismos’, ‘conservada’ como um ‘patrimônio’ que não pode sofrer ‘ruína’ e ‘corrupção’.

Nessa discussão, Lisbôa (2019; 2022, p. 171) introduz nos estudos da linguagem a ideia de “língua como linha de força” que atua na perpetuação da colonialidade como um grande dispositivo de poder na sociedade: “reforço uma formação discursiva sobre a importância da língua na definição da estrutura social no Brasil e na América Latina. Este trabalho, então, alia-se à prática discursiva desses intelectuais que evidenciam a relação da língua com o poder e a segregação racial”. Afunilando essa relação entre relações de poder, língua e raça, a autora destaca ainda:

O tratamento díspare conferido às línguas orais e línguas escritas, como no caso dos indígenas e dos europeus, teve então papel preponderante no contato entre esses povos nesse território nomeado Brasil (pós-colonização) e nas relações de dominação estabelecidas entre eles desde então (LISBÔA, 2022, p. 174).

Nessa teia de poder, a língua, para além do signo de distinção de uma parcela privilegiada da população, é veículo pelo qual são transmitidos conteúdos ideológicos, cujo acesso é interdito tanto pelo código excludente quanto pelos conteúdos das mensagens às classes desprestigiadas da sociedade. É necessário dominar o léxico e o repertório sociocultural para ter autonomia interpretativa diante dos fatos noticiados no jornal, dos discursos políticos, enunciados sobre a economia, etc., para ter acesso às informações que de uma forma ou de outra são relevantes aos sujeitos. Assim sendo, “a linguagem constitui o arame farpado mais poderoso para bloquear o acesso ao poder” (GNÉRRE, 1991, p. 22).

Nas escolas, o ensino de LP teve e ainda tem forte influência da gramática normativa. “Nas práticas de produção, assim como nos materiais didáticos que circulam em sala de aula, o texto entra menos como produtor de sentidos e mais como suporte de análises gramaticais” (ROJO, p. 88). Ou seja, a intenção principal não é a reflexão sobre a obra, mas transformar o texto em uma materialidade para o estudo da gramática normativa. Nesse sentido, a prioridade do ensino está reduzida ao ensino da norma culta.

Ao problematizar a gramática, não estamos negando o ensino dela. Pelo contrário, “A função da escola será desenvolver essa função linguística, introduzir os aprendizes no mundo da escrita, expandir o repertório linguístico dos aprendizes por meio da inserção deles no mundo da cultura letrada” (BAGNO, 2015, p. 285). Nesse sentido, também problematizamos o fato de que o ensino de LP seja precarizado, não levando o estudante a perceber a linguagem de uma forma reflexiva e crítica.

### **3.1.1 Língua e poder: uma abordagem discursiva**

Ao pensar a língua como instrumento de interdição e subalternização de corpos ao longo da história, estudos recentes na área da linguística têm chamado atenção para o conceito “racismo linguístico” (NASCIMENTO, 2019; BAGNO, 2020; LISBÔA, 2022). A forma como a língua portuguesa foi instituída no Brasil reflete uma história racista. Para compreender esse conceito é necessário entender como historicamente o dispositivo colonial (LISBÔA, 2019; 2021; 2022; NEVES, 2019; 2015), atrelado a outros dispositivos de poder, produziu discursos.

Neste território, que veio a ser nomeado Brasil, a língua sempre teve centralidade na dominação dos corpos racializados<sup>8</sup>. Assim, políticas linguísticas foram mobilizadas com o

---

<sup>8</sup> “Uso o termo “racializados(as)” para efeitos de desnaturalização, uma vez que os povos negro e indígenas foram definidos como raça pelo olhar do europeu nos processos de colonização” (LISBÔA, 2022, p. 37).



intuito de extinguir as cosmologias e línguas indígenas e africanas, sentido às suas existências, para imposição de uma racionalidade europeia. Nesse sentido, os processos educativos, tanto em ambientes formais, articulado pelas instituições de ensino, como em ambientes não formais, foram configurados como território de domínio para o amoldamento das subjetividades.

A colonialidade molda nossos gostos por meio de uma concepção ocidental de estética, língua, religião, heteronormatividade, etc. É nesse sentido que Lisboa (2022, p. 172) propõe o termo “colonialidade linguística” como chave analítica para a compreensão dos “processos sociohistóricos e discursivos que tornam o código linguístico instrumento de exclusão numa sociedade movida pelo dispositivo colonial, sustentando-o e sendo sustentada por ele, numa via de mão dupla”.

Os sujeitos indígenas e negros no Brasil tiveram que se submeter a língua do outro, imposta sobre as mais diversas formas de opressão. Entendemos neste estudo o “racismo linguístico”, conforme conceitua Lisboa (2022), a qual destaca:

tomo a ideia de “racismo linguístico” teórica e analiticamente numa perspectiva fundamentalmente discursiva, conforme já venho desenvolvendo ao longo da obra. Para isso, parto da materialidade das vivências de sujeitos racializados, que falam português, mas também vivem em uma língua ancestral socialmente desprestigiada, e que nos espaços de interação experienciam o racismo por expressarem em alguma medida a língua de seus povos. Com isso, tal discussão trata-se dos sentidos coloniais em torno do racismo como efeitos construídos de poder/subordinação linguística, que pode se efetivar: (1) no discurso de Brasil como país monolíngue com o português; (2) no glotocídio que eliminou e continua eliminando línguas originárias e africanas; (3) na exigência da língua portuguesa na norma “cultura” como forma exclusiva de circulação em espaços físicos, simbólicos e culturais de poder; (4) e na perpetuação de termos, palavras, expressões, que produzem sentidos de inferiorização a povos racializados.

Faraco (2019) aponta que a hegemonia da língua portuguesa no Brasil, se deu através de um processo que fez com que essa língua se tornasse oficial no país. Essa hegemonia, contudo, não significa homogeneidade. Antes dos portugueses invadirem o Brasil, e mesmo depois, o país ainda comporta uma grande variedade de línguas. Nesse sentido, houve uma série de políticas linguísticas administradas pelo “governo da língua” (LISBÔA, 2019, 2022; NEVES, GREGOLIN, 2021) para manutenção do poder colonial.

Uma tecnologia de poder bastante eficiente que incidiu sobre os povos minorizados foi a operacionalização do “dispositivo colonial”. De acordo com Lisboa (2019, 2022), o conceito de “dispositivo colonial” foi pensado a partir da necessidade de se fazer um diálogo entre os estudos discursivos foucaultianos e os estudos decoloniais. Nesse sentido, o “dispositivo colonial” é uma ferramenta para a compreensão da “[...] colonialidade como um sistema normativo eurocêntrico definidor das estruturas sociais, construído e retroalimentado na

aniquilação de todas as demais formas de existência nos territórios colonizados” (LISBÔA, 2023, p.102).

Nessa mesma perspectiva, Neves (2023) aponta que o dispositivo colonial aliado a outros dispositivos de poder tem sido cuidadosamente administrados pelo “governo da língua” para atender às emergências históricas em relação à manutenção da colonialidade linguística para o contínuo exercício do poder sob os povos marginalizados. O discurso da unidade linguística é um produto do governo da língua.

A colonialidade linguística precisa da língua para se materializar nas relações sociais, e a imposição da língua europeia em padrões protegidos e compartilhados entre uma elite foi a forma como a hegemonia, ao longo da história desse território, apagou e continua eliminando a possibilidade de circularem por espaços de prestígio como a universidade pessoas indígenas e negras, hierarquicamente racializadas na colonização. Nessa mesma perspectiva, esses sujeitos são historicamente impedidos de acessar esse código pela educação formal nas escolas públicas brasileiras, o que torna lógica a precarização do ensino de língua e da educação como um todo como mecanismo de dominação/segregação, por um lado e manutenção de espaços de prestígio à parcela privilegiada da sociedade (LISBÔA, 2022, p. 172-173).

Vimos neste capítulo que há uma estreita relação entre língua e poder na nossa sociedade. Ao longo da história, o governo da língua administrou as línguas de maneira estratégica, as línguas faladas no Brasil, para manutenção da colonialidade linguística. Em linhas gerais, o acesso à palavra foi negado ao povo, e a língua portuguesa foi sendo imposta até se tornar hegemônica. Assim, foram delimitados os corpos que poderiam falar em detrimento dos que tiveram suas vozes silenciadas. Portanto, as relações de inferiorização da língua são reflexos da colonialidade.

A forma de usar a linguagem é uma marcador da identidade do sujeito e da comunidade a que pertence. Além disso, a língua também carrega uma história. No caso dos povos do campo, o uso do português é marcado sobretudo pela influência do povo negro e do povo indígena. Os conceitos articulados neste capítulo colaboram na compreensão de que a língua portuguesa e as relações de poder que ela sustenta também contemplam esses sujeitos do campo e suas “dificuldades” com a língua portuguesa.

As pesquisas realizadas nesse TCC mostram que o português na sua variedade padrão é exigido em situações formais, como a escrita do PPJ. Contudo, por não se tratar de uma variedade corriqueira na vida dos estudantes colaboradores da pesquisa, a escrita de acordo com a norma padrão acaba sendo um desafio. Dessa forma, a colonialidade linguística vai incidir fortemente sobre esses sujeitos, que frequentemente tem seu falar e escrever desqualificado e classificado como “errado” e faz com que eles próprios internalizem essas opressões. Assim,

podemos afirmar que a mobilização do racismo linguístico incide sobre esses corpos, sendo o falar e escrever dos povos do campo, também, fruto da organização social traçada pelo dispositivo colonial.

### 3.2 LETRAMENTO

Em sociedades grafocêntricas é inevitável deparar-se com situações em que a leitura e a escrita são exigidas. Essa exigência cotidiana requer do indivíduo domínio das práticas de leitura e escrita para efetiva participação na sociedade a qual pertence. Estudiosos sobre Alfabetização e Linguística têm discutido sobre o papel da escola para a ampliação dos letramentos dos estudantes.

De acordo com Soares (2005), os estudos de letramento no Brasil são recentes, passando a ser pauta de estudo entre os linguistas e alfabetizadores no Brasil a partir da década de 1980. Desde a insurgência do conceito de “letramento”, houve a necessidade da distinção do conceito de alfabetização. A alfabetização trata da aquisição do código linguístico, isto é, quando o sujeito conhece o alfabeto e decodifica as palavras. Já o letramento, para a autora, envolve os usos dessas habilidades: “o estado ou condição de quem exerce as práticas sociais de leitura e de escrita, de quem participa de eventos em que a escrita é parte integrante da interação entre pessoas e do processo de interpretação dessa interação” (SOARES, 2005, p. 145).

O acesso à educação no Brasil, além de precarizado, no passado não contemplou pessoas que hoje se encontram em situações de analfabetismo e lhe são exigidas competências que os foram negadas ao longo da vida. Afinal, é possível um analfabeto participar de práticas letradas? sim, pois os eventos de letramento se aplicam a todas as pessoas que têm acesso à ele, e as práticas não se restringem somente à leitura e escrita propriamente ditas. Uma pessoa não alfabetizada pode realizar atividades em um celular, como mandar áudios, ditar uma carta a ser escrita por outra pessoa, analisar uma imagem, etc.

Alencar (2016) chama atenção para o fato de a *práxis* da alfabetização de Paulo Freire se aproximar do conceito de letramento. O método de alfabetização de Paulo Freire alfabetizava letrando. Isso se dava, porque na prática defendia que a compreensão da palavra parte da compreensão de mundo. Partia da concepção do sentido dela na realidade vivenciada e nas implicações políticas dessa palavra. Para Freire (1989, p. 9) “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”. Assim o sentido extrapola as restrições da simples decodificação, pois faz

com que o indivíduo se aproprie tanto da língua escrita, como da formação política através da linguagem.

Enquanto a alfabetização é um fenômeno finito, no sentido de se findar a partir da decodificação dos códigos, o letramento é um fenômeno amplo, em que não há limites para o letramento. Vale ressaltar que o letramento não pode ser medido. As práticas de linguagem estão imbricadas nas relações sociais de cada sociedade. Nesse sentido, há uma diferença que se acentua tanto pela diversidade cultural de usos da escrita e como cada sociedade concebe esse uso. “Assim é que o conceito de letramento passa ao plural: deixamos de falar em “letramento” e passamos a falar em “letramentos”. (ROJO 2010, p. 27)

### 3.2.1 Os multiletramentos

Compreendendo que o conceito de letramentos não abarca a multiplicidade de formas de interagir via linguagem, tanto pela variedade cultural existente quanto pelas variadas formas de expressão decorrentes dos usos da linguagem nas mídias, o Grupo de Nova Londres cunhou o termo multiletramentos. (ROJO, 2010)

Em primeiro lugar, é importante destacar que as práticas de letramento variam historicamente. Em uma pesquisa realizada com colonos dos primeiros anos de abertura da Transamazônica, o gênero carta era muito utilizado para comunicação com os amigos e familiares do local de origem. O domínio dessa prática envolve uma série de conhecimentos sobre a linguagem que devem ser articulados: situar o leitor de onde é quando o texto está sendo escrito; narrar os acontecimento que julga ser importante; o próprio envelope necessita que se ponham informações que façam a carta chegar ao interlocutor, como CEP, endereço e destinatário.

Atualmente, a escrita da carta já se tornou uma ferramenta obsoleta, pois as práticas de linguagem se atualizaram. A comunicação ocorre de forma instantânea.

[...] um dos aspectos essenciais da mídia virtual é a centralidade da escrita, pois a tecnologia digital depende totalmente da escrita. Assim, nessa era eletrônica não se pode mais postular como propriedade típica da escrita a relação assíncrona, caracterizada pela defasagem temporal entre produção e recepção, pois os bate-papos virtuais são síncronos, ou seja, realizados em tempo real e essencialmente escritos. (MARCUSCHI, 2022, p. 5)

Atualmente, com as novas formas de interação devido à criação e avanço das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC), os indivíduos passaram a interagir

também em um espaço virtual: a internet, que vem acompanhada de uma série de aplicativos, plataformas digitais e sites nos quais a interação, seja de forma ativa e/ou passiva, visualizando e/ou postando, é um elemento fundamental. Nesse sentido, os textos da internet estão cada vez mais multissemióticos e multimidiáticos, nos quais são combinados vários sentidos e várias mídias (imagem, som, vídeo, texto, etc.) na produção de posts (conteúdos publicados na internet) (ROJO, 2009).

Marcuschi (2002) chama atenção para o fato de os gêneros digitais ressignificarem gêneros já existentes. Isso se deve ao fato de os gêneros textuais não serem estanques. Eles acompanham o curso da vida e as práticas sociais que exigem a emergência de novas formas de interação. Assim, como a internet revolucionou as práticas de linguagem, temos versões online para práticas reais.

**Tabela 2** - correspondência entre gêneros digitais e gêneros já existentes

<b>Gêneros emergentes</b>	<b>Gêneros já existentes</b>
E-mail	Carta pessoal // bilhete // correio
Bate-papo virtual em aberto	Conversações (em grupos abertos?)
Bate-papo virtual reservado	Conversações duais (causais)
Bate-papo ICQ (agendado)	Encontros pessoais (agendados?)
Bate-papo virtual em salas privadas	Conversações (fechadas)
Entrevista com convidado	Entrevista com pessoa convidada
Aula virtual	Aulas presenciais
Bate-papo educacional	(Aula participativa e interativa)
Videoconferência	Reunião de grupo/ conferência/ debate
Lista de discussão	Circulares/ séries de circulares (???)
Endereço eletrônico	Endereço postal

**Fonte:** Marcuschi (2022)

Os gêneros textuais digitais ressignificam gêneros já existentes. Com a pandemia de Covid 19 (2020 - 2021), houve o imperativo das tecnologias digitais. Esse tensionamento teve repercussão na educação. Na III Pesquisa Socioeducacional do curso Educação do Campo (VELOSO, 2021), destaco que as aulas e orientações presenciais na CFR foram substituídas por aulas virtuais veiculadas em grupos de whatsapp e/ou apostilas, que os pais dos estudantes

buscavam na escola e depois levavam respondidas.

Um dos principais... dos primeiros desafios foi a questão da capacitação dos professores. Ninguém tava capacitado, por exemplo, de uma hora pra outra, fazer um vídeo e mandar pros alunos. Não tinha material disponível, não tinha capacitação pra fazer isso. Então, foi uma grande dificuldade, tanto que a maioria dos vídeos que a gente fez na escola foi vídeo feito no PowerPoint só com o áudio, o professor falando e tal. A gente tentou até adotar a metodologia de aulas, é, no tempo real, né, que é no meet. Mas não deu certo, porque nem todos os alunos tinham acesso à internet naquele mesmo horário que o professor tava disponível. Aí foi um pouco complicado. A gente tentou, não deu certo. aí a única alternativa esses vídeos feitos no PowerPoint, só com o áudio, o professor explicando no formato áudio e vídeo, mas sem o aluno tá vendo ele na aula. Aí essa foi uma dificuldade: capacitação (VELOSO, 2022)

Os professores tiveram que, de repente, inventar e reinventar sua prática docente adequando ao contexto do não contato físico e do (não) acesso frequente à internet dos estudantes. Isto é, adaptar uma prática que se dava na interação cotidiana a uma prática virtual.

Portanto, nas últimas décadas, as tecnologias digitais avançaram muito e isso teve repercussão na linguagem. Atualmente, percebe-se que os gêneros digitais fazem parte das práticas de letramento das crianças, dos adolescentes, que também fazem parte de uma comunidade cibercultural. Tendo em vista essa incorporação dos gêneros digitais no cotidiano das pessoas nos ambientes digitais, é de suma importância que a escola pesquise, estude, aborde e explique esse fenômeno. Transformando, assim, a escola que prega a imutabilidade do ensino em uma que acompanhe a progressão do percurso da vida (OLIVEIRA; SILVA, 2020).

### **3.2.2 A prática social no ensino da língua escrita para sujeitos do campo**

Nos estudos de letramento é consenso que o professor de língua materna deve focar no ensino que possibilite a formação para o uso competente da língua nas mais variadas práticas sociais. De acordo com Kleiman (2008), a atividade educativa implica que o professor não apenas domine os conteúdos escolares da disciplina que leciona, mas que seja, ele próprio, letrado nas práticas sociais de leitura e escrita. Dessa forma, é salutar discutir quais os “saberes linguísticos relevantes para a atuação profissional” do professor. Ao questionamento de Kleiman (2008, p. 491-492), acrescentamos um ponto importante para as reflexões contidas neste trabalho: Quais os saberes necessários aos educadores do campo comprometidos com um processo de ensino aprendizagem que faça sentido à realidade do educando.

Entendendo a importância da leitura contextualizada, e também da escrita, e a necessidade do domínio dessas habilidades para efetiva participação nos mais variados

ambientes em que são exigidas, Bagno (2015, p. 14-15) afirma que “prioridade absoluta no ensino de língua deve ser dada às práticas de letramento, isto é, às práticas que possibilitem ao aprendiz uma plena inserção na cultura letrada, de modo que ele seja capaz de ler e de escrever textos dos mais diferentes gêneros que circulam na sociedade.” Nesta mesma perspectiva, Rojo (2010, p.26) defende que a escola deve ser uma “uma agência de democratização dos letramentos”, tendo em vista que os bens culturalmente valorizados não sejam não são difundidos entre as classes populares.

O ensino focado nos letramentos, cujos os textos são trabalhados pensando nas práticas sociais em que eles serão utilizados têm como paradigma as práticas de ensino alicerçadas em concepções tradicionais, em que a leitura e escrita são inseridas nas aulas de maneira progressiva, de textos fáceis até os mais difíceis, com a função de desenvolvimento autônomo dessas habilidades os currículos uniformes (KLEIMAN, 2007). Para justificar essa organização curricular, são aplicados exames que “testam os conhecimentos” dos estudantes, como SAEB e ENEM, que na verdade acabam por se tornar parâmetro para a seleção de conteúdos que supostamente são nacionalmente relevantes e pelo qual todo estudante que alcançou determinado grau de formação, está apto a resolver. Eis que o conteúdo se sobrepõe às práticas sociais.

Em relação à produção escrita na escola, conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais para os 1º e 2º Ciclos do componente Língua Portuguesa (BRASIL, 1997), o estudante para escrever um texto deve ter alguns conhecimentos prévios relacionados à gramática textual que o possibilite realizar essa ação. Contudo, nas práticas que envolvem a escrita e a leitura sempre há a possibilidade de se trabalhar um conteúdo de forma profunda. Partindo desse pressuposto, trata-se de uma inversão na abordagem do ensino de língua materna. É possível, pois, quando o objetivo do ensino é o letramento dos educandos, partir dos textos que circulam no cotidiano local, introduzir os conteúdos escolares. (KLEIMAN, 2008)

Quando o conteúdo (qualquer que seja) não constitui o elemento estruturante do currículo, a pergunta que orienta o planejamento das atividades didáticas deixa de ser “qual é a seqüência mais adequada de apresentação dos conteúdos linguísticos, textuais ou enunciativos?” porque o professor, com conhecimento pleno dos conteúdos do ciclo e ciente de sua importância no processo escolar, passa então a fazer uma pergunta de ordem sócio-histórica e cultural: “quais os textos significativos para o aluno e sua comunidade?”. (KLEIMAN, 2007, p. 6)

Para Kleiman (2007), o ensino de língua deveria acontecer através de projetos de letramento, no qual o professor identifica quais conteúdos do planejamento se sobressaem nesse projeto.

### 3.2.3 PPJ e Letramentos: Plantar como prática social e prática escrita

Toda a discussão feita até aqui sobre letramento/multiletramentos foi também fundamental para pensar a produção do PPJ nesse processo de produção escrita. Faz todo sentido os estudos do letramento para refletir sobre como os estudantes escrevem a partir de suas práticas sociais de agricultor. Eles falam sobre o que vão plantar, porque vão plantar, onde vão plantar, como vão plantar, quando vão plantar. E tudo isso se materializa na escrita, mas também se materializa no lote. É nesse sentido que o PPJ ressignifica a escrita escolar. Escrever não é somente escrever. Escrever é refletir e intervir sobre/na realidade do campo. É produzir a vida a partir do meio em que vive e, ao mesmo tempo, desenvolver esse meio num movimento dialógico.

Algo que chama atenção é a função socioeconômica do PPJ, isso se dá porque um dos objetivos deste trabalho é justamente o trabalho no lote. Isso reflete o que foi discutido no Capítulo 1 sobre o desenvolvimento do meio, tendo em vista que ao trabalhar no lote e comercializar os frutos do trabalho, o agricultor fará a economia circular localmente, fortalecendo, assim, a agricultura familiar.

As motivações para a escolha do tema variam bastante, mas o fator econômico atravessa de maneira. Alguns escolhem por ser uma cultura que já trabalham; outros pretendem inovar a produção, outros desenvolvem a partir das experiências de estágios. Nos enunciados a seguir observamos essa diversidade que levam o estudante a produzir o trabalho a partir de tal tema

*E5: Eu achei bastante interessante porque logo de início eu sempre quis, tipo assim, curiosidade né que eu nunca mexi com cacau eu sempre tive curiosidade e apesar de já viver no campo, né? a gente já mexer com gado, nos num têm essa prática de tá mexendo com cultivo de cacau e etc. **E aí acaba que com aquele projeto a gente pode tá implantando na propriedade, né? como uma nova fonte de renda.** E o modo Safs também achei bem curioso também que a gente pode tá diversificando nossa cultura na propriedade. Então eu acho bem interessante relacionado a isso.*

*E6: Eu escolhi o tema cultivo do cacau que já é um trabalho que a gente trabalha lá na propriedade porque a gente só mexe com cacau lá. Ai eu pensei que... falei: “Bom, se eu for fazer uma coisa que eu já mexo, que eu já tenho domínio, acho que vai ser mais fácil”. Eu acho que facilitou muito, **porque já é uma prática, assim, que a gente realiza na propriedade que a gente trabalha.***

*E8: é eu acho que meu projeto tem muito a ver com minha vida porque é um tema que eu me identifico. [...] uma coisa importante é ter escolhido o tema: se for por no bico da caneta, toda vez que eu vou consumir o açá (risos) é no mínimo um litro. Então eu resolvi, **escolhi esse tema***



*justamente por me identificar muito pela cultura, que é uma cultura que vai trazer renda para a família trazendo também emprego para moradores e famílias que estarão auxiliando no manejo da cultura e vai, por consequência, gerar um círculo monetário no município.*

Veja que para a construção de um PPJ, a ação a ser realizada é refletir sobre formas de potencializar o lote. Após decidir o tema, o estudante começa o processo de escrita. Nesse sentido, se parte das práticas sociais de agricultor para a escrita de acordo com o gênero textual projeto.

A formação de um professor para atuar como agente de letramento faz novas e diferentes exigências ao formador universitário: os saberes acadêmicos e a familiaridade com diversas práticas de letramento, inclusive as acadêmicas, são ainda importantes, mas essencial é a atitude de um professor, que, sabendo-se em contínuo processo de letramento, aventura-se a experimentar e, com isso, a continuar aprendendo com seus alunos, através de práticas letradas que motivam o grupo todo e atendem, ao mesmo tempo, a interesses e objetivos individuais e, assim, formam leitores, despertam curiosidades, dão segurança a escritores iniciantes (KLEIMAN, 2007, p. 21).

Portanto, o professor que se compromete a trabalhar a prática social como elemento basal para a formação linguística discursiva dos estudantes, deverá levar em consideração quais são os textos significativos para esses estudantes, para a comunidade a que são pertencentes, para isso deverá ser um agente de letramento, em um contínuo e dialético movimento de aprendizagem e ensino.

“A formação de um professor para atuar como agente de letramento faz novas e diferentes exigências ao formador universitário: os saberes acadêmicos e a familiaridade com diversas práticas de letramento, inclusive as acadêmicas, são ainda importantes, mas essencial é a atitude de um professor, que, sabendo-se em contínuo processo de letramento, aventura-se a experimentar e, com isso, a continuar aprendendo com seus alunos, através de práticas letradas que motivam o grupo todo e atendem, ao mesmo tempo, a interesses e objetivos individuais e, assim, formam leitores, despertam curiosidades, dão segurança a escritores iniciantes. (KLEIMAN, 2007, p.21).

A partir da discussão realizada nessa seção, podemos afirmar que o PPJ é mediador de eventos e práticas de letramento com uma relação estreita entre escrita e práticas sociais.

## 4 A PESQUISA E A AÇÃO DE INTERVENÇÃO NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Neste capítulo, apresentamos os pressupostos teórico-metodológicos que embasaram a construção deste TCC. Como principal referência, consultamos Thiollent (2001) para embasar as discussões em torno da pesquisa-ação. Essa metodologia consiste, grosso modo, na percepção de uma problemática e construção de ações para amenizá-la, foi basal para a intervenção em sala de aula. Nesse sentido, além de delimitarmos a metodologia da pesquisa, relatamos ainda a experiência da participação na construção dos PPCs dos estudantes do 3º ano.

### 4.1 CAMPO E METODOLOGIAS

Neste tópico delimitamo-nos a explicar o percurso metodológico da pesquisa. Em primeiro lugar, a construção dessa pesquisa se deu durante os anos da graduação de Licenciatura em Educação do Campo - Unifesspa. Os Tempos de Comunidades viabilizaram e embasaram as reflexões e interpretações contidas neste trabalho. Contudo foi dada no último Tempo Comunidade, no qual foi realizada a pesquisa-ação que se deu na experiência do estágio docência na disciplina Pesquisa VI da Faculdade de Educação do Campo da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) com o tema “Trabalho e juventudes do campo”. Nesse sentido, além da pesquisa-ação, foi de significativa importância a experiência da alternância entre os tempos e espaços educativos do curso.

Dessa forma, a fundamentação metodológica de partida neste trabalho foi a pesquisa-ação, que é caracterizada como um tipo de pesquisa social em que há, necessariamente uma ou mais ações para “resolução de problemas, tomada de consciência ou produção de conhecimento” (THIOLLENT, 2011, p.19). Tal perspectiva foi utilizada, uma vez que o objetivo do TCC foi intervir na produção do PPJ dos alunos da CFR Dorothy Stang a partir do ensino de LP na modalidade escrita.

Não pode ser considerada pesquisa-ação se não houver o envolvimento dos sujeitos no processo. O pesquisador, nesse caso, participa como um "auxiliar", ou de tipo “assessoramento” para que a ação aconteça de forma efetiva. O desenrolar da ação, os resultados dessa ação e a relevância para o público-alvo são os pontos principais dessa pesquisa.

A ação não deve se limitar aos academicismos da forma de fazer ciência tradicional, sua importância se encontra além do “levantamento de dados ou relatórios a serem arquivados”

(THIOLLENT, 1986, p. 16). O importante, nesse sentido, é a relevância da ação desenvolvida com os participantes para o grupo pesquisado e os resultados dessa pesquisa. No planejamento desse tipo de pesquisa, o pesquisador deve se atentar aos objetivos que são de ordem prática, objetivos da ação e de conhecimento, objetivos da pesquisa. De forma geral, há **três** objetivos centrais que podem ser alcançados simultaneamente, ou ser dadas ênfases mais a um do que a outro, são eles: resolução de problemas, tomada de consciência ou produção de conhecimento.

De acordo com Silva *et al.* (2021), esse tipo de pesquisa também se constitui como um importante território de formação de professores, já que a pesquisa é uma prática cotidiana na realidade da maioria dos professores e a ação sob essas problemáticas têm possibilidade de interferir na realidade dos educandos. Nesse sentido, como esta pesquisa se trata de um projeto de intervenção desenvolvido na escola, acredita-se que esta metodologia é coerente às expectativas de frutos gerados a partir da relação entre pesquisadora e os sujeitos da escola, por meio de importantes experiências na resolução de problema em torno da produção do PPJ e de conhecimentos em torno da língua e práticas sociais que estão imersos e terão a possibilidade de participar com a conclusão da formação.

O planejamento da pesquisa-ação é flexível, segundo Silva *et. al* (2021), pois trata-se de ações que não estão sob controle do pesquisador. Contudo deve-se ter os objetivos da pesquisa como referência do trabalho a ser realizado. Dessa forma, as sequências de atividades aqui propostas poderão sofrer alterações de acordo com as demandas do grupo a que o projeto contemplará.

A definição de um plano de ação é também uma atividade necessária para o desenvolvimento da pesquisa. Nele é preciso que o pesquisador tenha os objetivos da ação bem definidos, bem como os sujeitos que participaram da ação, além das formas de mobilização, estratégias para continuação da ação e avaliação do processo e dos resultados.

A partir de uma pesquisa de observação, realizada no primeiro semestre de 2023, foi possível observar que seria muito pertinente a pesquisa-ação de intervenção na produção dos PPJs a serem elaborados pelos estudantes, como aconteceu no ano anterior (2022) por meio de outro projeto de intervenção e todos os estudantes da turma de 3º Ano conseguiram finalizar o projeto, podendo, assim, se formarem. A não escrita e defesa desse projeto gera sérias consequências, como o não recebimento do certificado. Assim, a pesquisa-ação foi realizada com os estudantes do 3º Ano do Ensino Médio, tendo como objeto de ação interventiva o auxílio na construção dos PPJs dos estudantes.

Durante a intervenção em sala de aula, utilizamos como ferramentas metodológicas o caderno de campo para registro das observações em sala de aula e os textos produzidos pelos

estudantes como materialidade de análise e intervenção. Além disso, sentimos a necessidade de lançar mão, também, de outros procedimentos de investigação: observação participante; caderno de estágio; entrevistas semi-estruturadas com as duas professoras que acompanharam o desenvolvimento do projeto de intervenção, sendo uma da base técnica e a outra de LP; roda de conversa com os 18 estudantes do ensino médio e o presidente da associação dos pais da CFR, que foi realizada coletivamente com os estudantes, pois essa entrevista era importante tanto para a presente pesquisa quanto para a pesquisa deles.

Posteriormente as entrevistas que haviam sido gravadas pelo gravador do celular, foram transcritas para a análise. Em todas as entrevistas, foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), explicando sobre os objetivos da pesquisa, a participação do entrevistado e os riscos e benefícios e só depois disso o termo era assinado.

Além disso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, cujo objetivo era conhecer trabalhos que abordassem a temática “letramento e PPJ” para analisar a originalidade da pesquisa. Encontramos alguns que falavam sobre outras ferramentas como Caderno da Realidade e Colocação em Comum. O assunto PPJ era abordado com ênfase no trabalho.

A intervenção em sala de aula foi realizada durante os meses setembro, outubro e novembro de 2023, sendo que somente 15 dias de cada mês era o Tempo Escola, no qual havia aulas presenciais e eu ficava na escola. Contudo, é importante destacar que a construção de uma relação próxima com a escola foi de suma importância tanto para a decisão de escolha do objeto de estudo, como para o acolhimento enquanto pesquisadora pela comunidade escolar para o desenvolvimento da pesquisa-ação.

Fui estudante da escola entre os anos 2017 a 2019. Após ingressar na graduação de Educação do Campo, na Unifesspa, tenho realizado as atividades pedagógicas obrigatórias (pesquisas socioeducacionais e os estágios supervisionados) nessa escola. Logo, minha presença na CFR era tão comum como a de qualquer professor; os estudantes já me conheciam e o principal, eu própria enquanto ex-aluna e pesquisadora na Casa, pude entender e analisar o funcionamento da escola, o que seria uma atividade mais trabalhosa para quem é de fora e/ou não conhece essa realidade.

Essa condição de pesquisadora-participante, envolvida nesse contexto, influenciou na escolha do PPJ como objeto de estudo. Desde a minha época como aluna da CFR, a produção do PPJ gerava insegurança nos estudantes.

Em relação à identificação dos sujeitos da pesquisa, serão preservadas as identidades. Os estudantes serão identificados com uma sequência numérica (E1, E2, E3, E4...). Da mesma forma serão identificados os professores (P1, P2...).

## 4.2 CARACTERIZAÇÃO DA TURMA DE INTERVENÇÃO: OS ESTUDANTES DO 3º ANO

A pesquisa foi realizada com os estudantes do 3º ano. A escolha por essa turma, como já enfatizado nesse trabalho, se deu porque os estudantes precisavam escrever o PPJ para se formarem no Ensino Médio integrado ao Técnico em Agropecuária. Esses sujeitos são agricultores e filhos de agricultores familiares do municípios de Anapu (PA) e municípios vizinhos.

A turma é composta por 18 estudantes, sendo 5 meninas e 13 meninos com faixa etária entre 16 e 21 anos. Em relação às questões de étnicoraciais, foi realizada uma pesquisa com os estudantes, no qual 60% se autodeclararam pardo, 13,3% se autodeclararam preto e 26,7% se autodeclararam branco.

## 4.3 DESCRIÇÃO DAS AULAS

O trabalho de intervenção na sala de aula com a turma do 3ºano para produção do PPJ foi desenvolvido em 13 aulas durante o Tempo Escola dos meses setembro, outubro e novembro de 2023, tendo 2 horas cada aula. Além disso, houve apoio pelo whatsapp.no Tempo Família e a culminância dos primeiros PPJ defendidos.

Nas primeiras aulas, focamos nos aspectos de conhecimento dos tópicos do PPJ: Introdução, Justificativa, Objetivos, Metas, Caracterização da propriedade, Metodologia, Cronograma de execução, Viabilidade econômica e Considerações finais. As aulas aconteceram em formato de oficinas, no qual cada tópico foi explicado, não necessariamente nessa ordem. Começamos pela caracterização da propriedade.

Anterior à intervenção em sala de aula, construímos um projeto para direcionamento das ações a serem realizadas junto aos estudantes do 3ºano do Ensino Médio. A partir daí foram selecionados uma série de conteúdos significativos para essa construção para serem trabalhados nas aulas.

Já na escola, o primeiro contato com os estudantes foi uma roda de conversa inicial. Conversamos sobre as produções textuais que eles/elas já realizam no cotidiano escolar. Os estudantes protagonizaram esse momento e os produções levantadas foram: Produção do Plano de Estudo (PE), que é um questionário de pesquisa que é produzido coletivamente por

estudantes; Colocação em Comum, trata-se da sistematização e análise dos dados das pesquisas; e produção de um texto em formato de relatório. Além disso, foi enfatizado que estudantes que ocupam cargos de liderança de setor<sup>9</sup> ou de quarto ficam responsáveis pela produção do relatório. Nele são relatadas as atividades desenvolvidas durante a alternância e avaliados os componentes do grupo.

No meu momento de fala, enfatizei que existem vários tipos de texto. Os textos são organizados em gêneros e o gênero pelo qual eles iriam escrever, o PPJ, seria outro gênero que exige uma estrutura e forma de escrita relativamente diferente dos relatórios produzidos na escola, mas que todos os gêneros eram importantes, inclusive aqueles que são desprestigiados e considerados “caóticos”, como os textos produzidos nas redes sociais.

Na sequência passamos para o próximo ponto: levantamento das principais dificuldades na construção dos PPJ. É importante destacar que os estudantes já haviam começado alguns tópicos como “Objetivos” e “Metodologia”. As principais dificuldades relatadas foram o “tempo”, julgaram ter pouco tempo, para muito trabalho a ser feito, e “computador”, no momento da roda de conversa, os computadores do laboratório de informática não estavam funcionando.

Por último, apresentei o Projeto de intervenção (Ver anexo A) com as atividades que seriam realizadas durante os meses setembro, outubro e novembro, respectivamente as três últimas alternâncias do ano, sendo que cada alternância os estudantes ficam 15 dias na escola.

O primeiro tópico trabalhado foi “Caracterização da propriedade”. Com o objetivo de criar elementos para a escrita e trabalhar a interdisciplinaridade, o assunto da aula foi “croqui”, que é um conteúdo trabalhado na disciplina de geografia. Primeiramente houve uma aula expositiva sobre esse tema. Na sequência construímos o croqui da escola no quadro e depois os estudantes fizeram o croqui da propriedade onde vão implantar o PPJ. Além da geografia, também foram mobilizados conhecimentos da arte, na prática do desenho.

O passo seguinte à construção dos croquis, foi a escrita do tópico “caracterização da propriedade”. A ideia de se trabalhar antes o croqui é que, a partir da observação da representação do lote, os estudantes pudessem ter elementos para escrever sobre o tópico citado.

O tópico seguinte a ser trabalhado foi a “Justificativa”. Neste tópico, foi utilizado o material que a P1 indicou: a estrutura do texto dissertativo argumentativo. O texto explicava os

---

<sup>9</sup> Esses termos que remetem ao setor empresarial são problematizados pela Educação do Campo, mas ainda são utilizados na CFR. Nesse sentido, urge a necessidade de ações de reflexão sobre esses termos, cujo sentido evidencia uma contradição que deve ser superada nas escolas em que a pedagogia da Alternância base para a formação dos estudantes. Além disso, também evidencia o papel da linguagem nas relações entre “líderes” e “liderados”.

assuntos: introdução, desenvolvimento e conclusão. Na “Justificativa” do PPJ, o estudante deve dissertar sobre os motivos que o levaram a escolher determinado tema. Assim, após uma aula expositiva e dialogada, os estudantes escreveram um texto a partir do tema de cada um, seguindo as orientações da justificativa, com o apoio do material que a P1 pediu para ser trabalhado. A partir da análise linguística dos textos, senti a necessidade de revisar os conteúdos conectivos. Fizemos isso na aula seguinte.

Nas aulas seguintes houveram aulas expositivas sobre os demais tópicos. Para a preparação do material utilizado, fizemos uma adaptação da ficha pedagógica da disciplina “Metodologia do trabalho científico”, no momento das oficinas, já estudada pelos estudantes.

A primeira etapa do projeto tratava de apresentar e explicar os conteúdos do PPJ e começar a escrita. Já a segunda etapa foi dedicada à escrita propriamente dita do trabalho final, o PPJ.

Foi realizada no laboratório de informática da escola. O laboratório possui ar condicionado, boa iluminação, uma mesa ao centro e duas mesas encostadas na parede, sendo uma redonda e uma retangular. Distribuídos nas mesas, havia 16 computadores em perfeitas condições de uso para ferramentas de edição de texto, como word. No entanto só haviam 3 mouses e um o acesso à internet só era possível através do modem, que era o que possibilitava o acesso à internet pelos computadores.

**Figura 4** - Estudantes no laboratório de informática



**Fonte:** acervo da autora.

Para a construção de um texto é necessário que haja escrita, análise linguística e reescrita. Nesse sentido, a dinâmica das aulas da segunda fase do projeto aconteceram da

seguinte forma: conforme os estudantes escreviam e apareciam as dúvidas, eu os orientava e eles reescreviam o texto. Ao longo do Tempo Escola do mês novembro

Era objetivo deste projeto de intervenção fazer com que todos os estudantes conseguissem defender o PPJ. Contudo, a partir da intervenção em sala de aula, três estudantes conseguiram defender o PPJ para a banca. A banca foi composta por quatro avaliadores, sendo dois externos e uma interna.

**Tabela 3** - Considerações dos examinadores dos PPJs

Estudante	Análise do avaliador
E7	Erros formatação; problemas coerência; necessidade de detalhamento de informações; cronograma de execução apertado, erros de cálculo
E8	Erros de formatação; falta de objetividade, argumentação frágil; repetições de palavras; necessidade de detalhamento de informações, erros de cálculo
E3	Erros de Formatação; repetição de palavras; falta de imagens; construção de tabela de orçamento

**Fonte:** produzido pela autora

Os demais estudantes tiveram defesa marcada para a primeira etapa de Tempo Escola do período de adaptação, que ocorrerá no mês de fevereiro de 2024.



## **5 A RELAÇÃO DOS ESTUDANTES COM A LÍNGUA ESCRITA DO PPJ**

Como vimos no capítulo dois, o PPJ é, entre outras coisas, um tipo de Trabalho de Conclusão de Curso. As dificuldades e inseguranças apresentadas pelos estudantes do Ensino Médio, são equivalentes à produção de um TCC em um curso de graduação. Nesse sentido, a construção de um trabalho escolar, que se assemelha a um trabalho acadêmico gera nos estudantes muita insegurança ao escrever.

Neste capítulo, retomamos a discussão feita no capítulo três para analisar a relação de poder estabelecida na/pela língua na construção do PPJ. Como materialidades de análise, utilizamos recortes de falas dos estudantes. Os enunciados aqui destacados são resultam da análise das falas dos estudantes em uma entrevista em formato de roda de conversa com as seguintes questões norteadoras: a) A leitura e a escrita tem importância no seu dia-a-dia? Explique!; b) Ao ingressar na CFR você sabia que precisaria desenvolver o PPJ? Em caso afirmativo, que sentimentos isso te causou?; c) Ao longo da sua formação, houve atividades que fizeram você sentir que não sabe escrever? Explique as habilidades da língua portuguesa você não se sentia capaz de fazer; d) Hoje, quais suas principais dificuldades na hora de produzir um texto?; e) Como você avalia o apoio do minicurso sobre produção textual para produzir o PPJ?; f) Como você avalia suas ações dentro desse projeto? Reflita sobre os seus avanços e os pontos que você considera que poderia ser melhor trabalhado; g) A partir da sua observação e da experiência com esse projeto, faça proposições do que a escola pode fazer para melhorar os PPJs tanto na qualidade dos trabalhos, quanto na qualidade de trabalho do professor responsável;

**Figura 5** - Roda de conversa



**Fonte:** acervo da autora

Este capítulo está dividido em dois subtópicos que reúnem recortes das entrevistas/rodas de conversa por duas perspectivas de enfaixamentos: os que apresentam os discentes na relação com a língua escrita no seu cotidiano (espaços não formais de uso da língua) e na CFR (espaço formal de uso da língua).

### 5.1 USOS DA LEITURA E ESCRITA EM AMBIENTES NÃO FORMAIS

*A leitura e a escrita é essencial, porque quem pratica a leitura ele também melhora sua escrita. (E5)*

Em um mundo feito de linguagem é preciso saber ler. Ler não somente como uma correspondência entre palavra escrita e coisa no mundo, relacionando o significado ao significante (SAUSSURE, 2006). Mas, além disso, é necessário ler a “palavra mundo”, como afirma Freire (1989, p. 9): “a compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto”. Sendo essa relação tão importante à leitura, práticas focadas apenas na decodificação de códigos são insuficientes para a complexidade de usos da língua.

O uso da língua escrita no cotidiano, conforme apresentado nos recortes abaixo, mostram que os discentes circulam de forma eficaz na língua escrita nas práticas cotidianas,

usando competentemente o português vernacular. Além disso é enfatizada a importância da escrita nos usos sociais do cotidiano.

*E5: Então é muito utilizado quando você vai comprar um medicamento, quando você vai comprar é... em qualquer momento ali, por exemplo **cê vai fazer uma compra onde você precisa certificar-se de que você tá tendo aquela quantidade certa, você sabendo ler você não vai ter aquela necessidade de tá pedindo pra outra pessoa, e qualquer curiosidade se você for viajar pa algum lugar você vai poder ler onde você tá ino, em qual local você tá passano e a leitura ela dá essa possibilidade de conhecimento pras pessoas que a praticam***

*E4: é importante pra gente tá fazendo **anotações sobre as coisas que a gente tá fazendo em casa***

*E1: a leitura e a escrita é fundamental porque tá em toda parte que a gente vai fazer precisa da leitura e da escrita, **se você vai fazer uma atividade vai precisar, se você vai no supermercado vai precisa***

*E8: Bom, a leitura e a escrita tem uma grande importância, como por exemplo, às vezes a gente vai no supermercado comprar fazer a feira do mês, que às vezes a gente nem sempre lembra de tudo, **a gente faz aquela lista pra gente lembrar de tudo pra fazer a compra no supermercado***

*E4: É importante pra gente tá fazendo **anotações sobre as coisas que a gente tá fazendo em casa***

Nesses enunciados percebemos os usos da linguagem em vários gêneros que fazem parte do cotidiano: atividades escolares, anotação, lista, leitura de verificação, leitura para orientação. Além dessas práticas identificadas como importantes pelos estudantes, a leitura e a escrita foram citadas como forma de entretenimento.

*E11: ela é importante no dia-a-dia pra se **comunicar com outras pessoas por aplicativos redes sociais e até jogos [...]** tem gente que prefere usar o microfone, mas tem gente que prefere usar o chat e a gente conversa lá de boa*

*E16: A escrita e a leitura ela tem fundamental importância no nosso cotidiano pela organização das atividades do dia-a-dia **pelo entretenimento, pelos livros de literatura pra quem gosta de acompanhar né, de conhecer e pra enriquecer nosso vocabulo***

Outro aspecto interessante de se analisar, envolvendo as práticas de leitura e escrita, é que apesar da escola ser a principal agência institucionalizada que tem por objetivo a ampliação dos letramentos dos estudantes, há outras instituições que cumprem o mesmo objetivo. Quando questionados sobre o acesso à bíblia, 75% afirmaram dos estudantes responderam que acessam

esse tipo de impresso. Segundo Rojo (2019), a Igreja tem cumprido com os objetivos de letramento próprios da esfera religiosa. Além desse livro ter centralidade nos cultos e missas, a bíblia está presente e é lida na maioria das casas brasileiras. Contudo, sua influência vai além da leitura e interpretação, mas influencia sobretudo a conduta social dos seus leitores.

Portanto, a partir dos enunciados mobilizados na construção desta seção, foi possível perceber que os estudantes compreendem a leitura e a escrita como ações importantes para a participação social em uma sociedade grafocêntrica. Contudo, como veremos a seguir, essas mesmas atividades, sobretudo a escrita, ganham conotações interditivas, que causam a falta de autoestima no estudante por pensar não conseguir escrever um texto na forma padrão da língua escrita.

## 5.2 USOS DA ESCRITA EM SITUAÇÃO FORMAL DE ENSINO: A ESCRITA DO PPJ

Ao contrário do efetivo uso da língua escrita nas práticas cotidianas em situações informais, a construção de um trabalho escolar como o PPJ, que se assemelha a um trabalho acadêmico, gera nos estudantes muita insegurança. Esses sujeitos são afetados pelos discursos inferiorizantes decorrentes da ideia de que há uma forma única de se expressar na língua portuguesa: o padrão normativo, que na verdade reflete as relações de poder existentes na sociedade.

*E17: Quando eu fiquei sabendo assim eu fiquei um pouco surpreso eu pensava ‘caraca eu vou ter mente pra fazer isso?’ porque eu sempre tive dificuldade pra elaborar alguma coisa assim da minha mente mesmo sabe*

*E16: Eu fiquei mais preocupado em questão da parte escrita do que pela apresentação porque eu num fico muito nervoso pra apresentar e eu via que as notas eram mais elevadas por conta da parte escrita, isso deu uma certa preocupação porque eu não tenho a mente muito assim aberta pra escrever*

*E6: As minhas maiores dificuldade em produzir texto é com certeza a pontuação porque minha base escolar foi muito fraca eu aprendi muito menos do que o esperado e hoje as minhas maiores dificuldade com certeza é a pontuação eu fico em dúvida onde colocar vírgula ponto contínuo também, às vezes eu nem coloco vírgula no texto*

Esses enunciados representam uma relação de poder na língua. Quando se entende que a língua escrita está imbricada às relações formais de ensino, esses sujeitos não se sentem em condições de cumprir tal tarefa, mesmo que de uma forma ou de outra os sujeitos acessam esse

código no dia-a-dia, logo, são sujeitos competentes na língua. Contudo, a hierarquização linguística a partir de uma dada forma da escrita, a língua padrão, constitui a forma certa de se escrever e falar, exclui-se, marginaliza-se as formas como os alunos se comunicam em sua comunidade de fala, processo esse que se deu ao longo da formação do aluno até chegar ao fim do ensino médio, quando o sistema escolar deveria ter finalizado também as habilidades atinentes ao currículo de LP.

Entende-se que a norma padrão do português tem o seu lugar de uso, a partir das práticas de linguagem de determinada prática social. Mas a supervalorização de uma, em detrimento da marginalização de outras, é uma forma de funcionamento hierárquico de poder que inferioriza também os sujeitos. Normalizando, assim, enunciados em que estudantes dizem não saber escrever, quando na verdade sabem e praticam a escrita de diversas formas, como vimos no tópico anterior.

A colonialidade linguística também opera sob as subjetividades dos sujeitos. Os sentimentos dos estudantes ao descobrirem que teriam que apresentar um trabalho final para concluírem o curso e receberem o certificado, também refletem essa relação de poder na/pela língua. Dos 17 estudantes que responderam a essa questão, percebemos algumas regularidades que merecem destaque. A partir do questionamento “Ao ingressar na CFR você sabia que precisaria desenvolver o PPJ? em caso afirmativo, que sentimentos isso te causou?” A palavra “medo” apareceu 11 vezes, a palavra “ansiedade” 4 vezes, 2 estudantes disseram que não iam conseguir fazer e 3 relataram terem sentido vontade de desistir.

*E15: Eu entrei aqui na escola, eu também não sabia que teria que apresentar o projeto. [...] Deu medo quando eu sube, eu disse: “**não, vou sair da escola, não vou ficar aqui, num vou concluir o terceiro ano aqui não**” só que eu e minha amiga decidimos ficar na escola pra concluir o projeto juntas*

*E5: Logo de início, na semana de adaptação, nós chegamos nós vimos apresentação de PPJ, né. Logo de início nós não sabia a que era relacionada essa apresentação, mas aí assim que começamos a participar das alternâncias normais eu procurei saber, né, o que era essas apresentação. Aí falo que quando a gente concluía o ensino médio a gente tem que fazer essa apresentação pra receber o certificado de técnico e aí eu logo num pensei, eu não sabia que era obrigatório né, mas aí quando falaram que pra receber o certificado era obrigatório, eu senti um pouco de nervosismo. Não é nem tanto pela parte de apresentação mas também pela escrita né porque como é um projeto tem muito detalhe né.*

A semana de adaptação é a primeira semana do ano letivo. Nela o estudante faz um teste e para ver se consegue se adaptar ao funcionamento da escola. No caso desse estudante, houve o contato como espectador de uma defesa de PPJ, o que a princípio gerou dúvidas e medos.

*E6: no primeiro ano do ensino médio, assim que eu entrei logo eu fiquei sabendo que pra sair daqui tinha que apresentar um projeto que é o PPJ e 360 horas de estágio, mas aí quando eu fiquei sabendo eu falei “ah é só quando a gente terminar ainda tá longe”. Eu nem me toquei muito, mas aí depois eu assisti umas duas apresentações aí eu vi que a pessoa que ia apresentar o projeto ficava bastante nervoso algumas menina até chorar. Aí eu fiquei com medo falei **“mano eu vou ter que fazer a ai agora como é que eu vou fazer?”**”*

*E14: bom, quando eu cheguei aqui na escola CFR eu não sabia que tinha que conseguir fazer o ppj pra pegar o certificado e com o passar do tempo no meio do ano convivendo com os meninos, os **meninos me falou que tinha de fazer ppj, então aquilo me deu um medo e eu pensei até em desisti***

*E9: é quando eu entrei aqui na escola também eu não sabia que tinha que apresentar o ppj pra receber o certificado e **depois deu descobri eu fiquei cum medo com vontade de desistir, mas eu decidi ficar e tô terminando***

*E10: quando eu vim, eu vim direto praqui, quando eu cheguei, eu não sabia que tinha o ppj que era um projeto que a gente tinha que fazer pra receber o certificado do ensino médio, então pra mim quando eu subi foi muito, como eu posso dizer, **eu fiquei muito cum medo de apresentar, porque eu no dia que eu cheguei aqui na escola eu vi uma menina apresentando então aquilo já começou me causar calafrio***

Outra regularidade interessante a ser analisada é como os enunciados apontam para uma preocupação em relação à obrigatoriedade do PPJ para a obtenção do certificado. Como qualquer curso que se faça a fim de ter uma formação, é importante para a carreira de trabalhador em determinada área. Além do que, não dá pra dissociar o Ensino Médio do Ensino Técnico. Não podendo, assim, que na falta da escrita e defesa do PPJ, o estudante receba apenas o certificado do Ensino Médio.

*E12: bom, basicamente quando eu entrei aqui eu tinha dificuldade né de escrever, e realizar leitura né e agora produzir texto também, **tenho mais dificuldade de encontrar assim as palavra mais correta pra falar no texto***

Como temos discutido neste trabalho, as principais dificuldades dos estudantes tem sua origem na linguagem. Essas dificuldades devem ser problematizadas de modo a não culpabilizar individualmente os sujeitos. Mas, pelo contrário, perceber quais as exterioridades que penetram nas subjetividades dos estudantes. As exterioridades podem ser percebidas a

partir da análise de que o oprimido, lembrando Freire (2001), deva continuar nessa condição. A linguagem padrão é exigida nas práticas sociais de prestígio. A mesma língua padrão é precarizada no ensino básico. Mas quando os sujeitos não privilegiados cometem os ditos “erros”, são alvo de preconceito, pois, como destaca (BAGNO, 2015), o preconceito linguístico, na verdade, não existe. O que existe é o preconceito social, que encontra na linguagem o lugar de expressão de classe/raça e também da manutenção de espaços de poder .

Nesse sentido, Lisbôa (2022) também reforça na sua conceituação de racismo linguístico que tal relação de poder na/pela língua se dá “na operacionalização de uma variedade de prestígio da norma padrão da língua em espaços de poder que impede nesses sítios a circulação dessa diversidade de sujeitos socialmente marginalizados pelos recortes de classe, raça, gênero e sexualidade, por exemplo”.

### **5.2.1 Desafios no acesso e uso das ferramentas digitais de edição de texto**

Se por um lado a escrita digital é um desafio para os estudantes da CFR, por outro lado, o domínio dessa habilidade amplia as práticas de letramentos dos estudantes. Nesse sentido, à medida que vão se construindo possibilidades de uso dos gêneros digitais, o estudante amplia suas formas de agir diante das situações que envolvem essa prática.

O PPJ é escrito de forma digital. Muitos estudantes, porém, não têm acesso ao computador em suas casas. Lisbôa (2022, p. 132) faz uma reflexão sobre os gêneros digitais na academia e que pode ser aplicado ao contexto de produção do PPJ na CFR,

No funcionamento acadêmico imperam práticas de linguagem mediadas por plataformas digitais, portanto fundadas na premissa de que o acesso à internet, às tecnologias de informação e comunicação são comuns a todos os discentes. Instaura-se uma normatividade de práticas pedagógicas (além das burocrático-administrativas) que ignora o fato de grande parte de alunos, e não indígenas apenas, não usufruírem de internet com frequência e/ou computador pessoal, bem como alunos do campo e quilombolas.

Nesse sentido, é sabido que no campo o acesso à internet ainda é escasso. Pior ainda é o acesso ao computador ou notebook, ferramentas ideais para a escrita de textos. Dos 17 estudantes do 3º ano, 7 tinham notebook e todos tinham celular. No enunciado a seguir, observamos um relato que aborda a questão da necessidade de comprar um notebook para

desenvolvimento do PPJ. No que se refere aos povos do campo, o acesso ao computador, é um artigo de luxo na nossa sociedade.

*E6: [...] E agora já no terceiro ano quase terminando eu comecei a apertar o pai pra tirar um notebook pra mim, falei: “pai se o senhor não tirar um notebook não tem como eu fazer o projeto, não vai ter como eu terminar e eu num vou receber certificado”. E aí ele falou que num dava pra tirar, que pelo menos agora num dava pra tirar.*

*E17: Logo no início na questão da escrita eu tava assim um pouco meio perdido sabe, mais eu melhorei bastante só tô um pouco perdido na questão da pontuação acentuação, é e também assim eu fiz uns cursos de informática mas de acordo eu não ter o acesso ao computador e nem ao notebook*

De fato essa é uma preocupação pertinente na vida do estudante. Afinal, como se produz um texto escrito, sem a materialidade adequada? Talvez esse também seja um indicativo das situações que levam à não escrita do PPJ. Por sorte, esse problema foi resolvido a tempo de desenvolvermos o projeto de intervenção que teve como objetivo ajudar os estudantes a escreverem o projeto.

### **5.2.2 Empoderamento linguístico por meio do PPJ**

Ser técnico em agropecuária exige que o profissional seja capacitado a escrever projetos com vistas ao financiamento. Logo, letrar-se nesse gênero é de suma importância para a ampliação dos papéis sociais e profissionais dos sujeitos. Nesse sentido, percebemos que o letramento no gênero textual “projeto”, a partir de práticas pedagógicas que valorizam a realidade do educando, foi importante para o empoderamento linguístico desses sujeitos.

*E6: a maior dificuldade que nois tivemos foi dar início mesmo, porque estávamos perdidos de como começar como é feito desde início, né. Aí a parti daquele momento em que a gente conseguiu fazer primeiro aquela introdução que a gente conseguiu se envolver com o projeto tem facilitado bastante, tanto na nossa escrita na nossa leitura. E agente conseguiu se familiarizar melhor com o assunto e tá progredindo bastante*  
“

*E4: quando eu entrei aqui na escola eu tinha dificuldade bastante em produzir texto e pontuações de texto, e minha leitura também não era muito boa e o nervosismo lá na frente também pra fazer alguma explicação, mas hoje em dia eu já tô conseguino elaborar essas coisa já com eficiência*

*E6: Em relação ao PPJ também que eu pensava que eu não ia conseguir que eu não*



*sabia de nada, mas aí com a nossa orientadora Carla, a gente conseguiu evoluir bastante e tá finalizando o PPJ“*

*E7: eu acredito sim que é eu tive uma grande melhora nesses últimos tempos, com a criação do ppj com os estudos mais aprofundados que a gente teve deu tipo uma melhora assim na minha escrita considerável*

*E8: melhorei muito tanto a escrita a leitura, pelo fato da gente escrever muito eu acho que é isso, que o que melhora a escrita e a leitura é literalmente ler e escrever”*

*E14: depois do projeto ser mais avançado foi melhorando mais a minha escrita e a minha leitura”*

*E16: No início a gente tava bem... é desinteressado eu acho que todo mundo reconhece isso e agora nessa alternância a gente avançou bastante e quando a gente deu início à elaboração do PPJ a gente se uniu bastante. A gente percebe que muitos alunos se disponibilizavam a ajudar os outros o E8, por exemplo. E a gente viu o interesse dos que pediam ajuda. Então, e com a ajuda da orientadora também e do apoio de uns para com os outros a gente evoluiu bastante “*

*E7: eu tava um pouco meio perdido como é que fazia aí eu melhorei bastante também bastante aprendi bem depois que a gente escolheu esse projeto do PPJ”*

Um ponto interessante nesse enunciado é a partilha de saberes entre os estudantes. Se era fato que alguns estavam mais adiantados que outros, o que é natural, tendo em vista que cada um tem o seu tempo. Por outro lado, as atitudes de troca foram de suma importância para a formação dos estudantes. O ato de entender a dificuldade do outro, e de alguma forma contribuir para a sua resolução, refletiu sentimentos como generosidade, humanidade, companheirismos, tão necessários em momentos de tensão como é o processo de escrita do PPJ.

### 5.3 NOVOS CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DO PPJ

Neste tópico faremos proposições para a construção do PPJ na CFR, a partir do mapeamento das principais dificuldades apontadas pelos sujeitos dessa pesquisa, tanto professores quanto estudantes. Diante das dificuldades apresentadas, destacaram-se:

#### a) Infraestrutura

*E4: eu acho que.. devia ter um professor e colocar como uma disciplina o ppj para o primeiro ano desde de o começo do ano pra ir ajudando já os alunos a.. a aí aprendendo como é que faz o ppj e modificando para que haja mais melhoras para fazer o ppj também a infraestrutura né e a internet no computador colocar também seria uma boa vantagem para os alunos tare pesquisando “*

*E1: eu acho que a escola tinha que disponibilizar mais profissionais na área e investir na informática pois ela tá aí pra pra pro nosso aprendizado pra a gente tem utilizar ela e eles não tão investindo poucos mouses que tem*

Nesse ponto, percebemos que além das dificuldades na escrita, as dificuldades materiais de infraestrutura atravessam a produção do PPJ. Afinal não é mais difícil digitar, formatar, criar tabelas sem o uso de uma ferramenta apropriada como o computador e todos os objetos que ele exige, além da internet.

*b) Orientação:*

*E17: a questão da quantidade de orientadores se tivesse dois ou três uma quantidade maior*

*E6: se tivesse mais de um orientador melhoraria bastante pra tá atendendo os alunos e tbm ter mais tempo disponível pra tá dando mais aulas sobre o ppj explicando melhor pros alunos pra eles ir pegando também passando trabalho relacionado ao ppj*

*E10: poderia ter mais de um orientador como nas faculdades tem mais um orientador pro tcc eu acho que como a gente não é bem fluente a gente deveria ter mais de um orientador pelo menos no começo explicando como é o ppj pra uma boa melhora”*

O acompanhamento dos professores para orientação dos PPJs é uma das proposições dos estudantes. De fato, o trabalho de orientar uma turma toda acaba sobrecarregando o professor e o estudante não tem a atenção necessária para a construção do PPJ. Como falado nos capítulos anteriores, o PPJ é um instrumento interdisciplinar. Uma proposição seria que houvesse um planejamento integrado e os professores pudessem trabalhar as disciplinas do currículo a partir do PPJ. Além disso, como relatado, pode-se dividir os formando do Ensino Médio, entre os professores da escola, para que cada um ficasse com uma quantidade de orientandos.

*c) Tempo:*

*E5: todo sabemos que a pressa é inimiga da perfeição né então não teria como a gente trabalhar o projeto sem termos tempo suficiente então o ppj precisa de um trabalho que é necessário para você concluir o ensino médio **deveria se trabalhado desde o início do ensino médio porque todo mundo sabe que aqui é corrido na nas carga horária***

*E3: assim é na minha opinião a escola devia ter no uma alternância do ano só pra elaboração do ppj e investir também em mais profissionais capacitados nessa área*

A construção do PPJ ocorreu paralelamente ao estudo das outras disciplinas, tanto da base técnica, quanto da base comum. Então, os estudantes dividiram o foco entre essas

atividades. Por se tratar de um trabalho grande e que necessita de tempo hábil para sua construção, é uma proposição dos estudantes que haja mais tempo para essa construção. Os estudantes trazem importantes reflexões para se pensar os PPJs das turmas seguintes como alternância exclusiva dedicada à escrita e/ou ser trabalhado ao longo de todo o último ano.

As discussões em torno das problemáticas e possíveis soluções para que o PPJ na CFR seja melhor trabalhado, são de suma importância. Os estudantes são os sujeitos que experienciaram esse processo de escrita. A partir da experiência, fazem proposições para que se melhore, num movimento dialógico de experiência e reflexão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento se constrói nas relações entre os homens e o mundo; na reflexão e ação, isto é, num movimento de *práxis*. O estágio uniu essas duas ações necessárias ao conhecimento: teoria e prática/reflexão e ação. Ao analisar as atividades concluídas, subsidiadas pela teoria, pode-se refletir sobre as práticas bem sucedidas e as que merecem ser repensadas. Uma constante ação e reflexão.

Como vimos durante esse trabalho, o PPJ não pode ser definido apenas por um ponto de vista. Ele carrega consigo vários sentidos:

- Ele é um instrumento da Pedagogia da Alternância que relaciona a escola ao meio. Nessa inter relação entre espaços e tempos;
- O PPJ tem como prática o planejamento e desenvolvimento do trabalho no lote ou comunidade;
- O planejamento das atividades a serem desenvolvidas é materializado no gênero projeto, o que é uma prática de letramento dos técnicos em agropecuária;
- Os letramentos se sobressaem naturalmente ao longo da construção do PPJ. As práticas sociais dos estudantes, que são agricultores e futuros técnicos em agropecuária, têm correspondência direta nas linguagem empregadas na escrita do texto e não apenas na escrita, pois o estudante se letra também em espaços de prestígio, como defesa de PPJ, que exige uma série de conhecimentos. Além disso, também são trabalhados o letramento digital na escrita do texto, nas formas de pesquisar fontes na web, na produção de gráficos, etc;
- O PPJ é interdisciplinar. O estudante, para produzir um trabalho dessa magnitude, precisa mobilizar conhecimentos de várias áreas, sem o qual essa construção não é possível;

Do ponto de vista pedagógico, o PPJ é uma ferramenta potente na formação dos estudantes, e pode ser trabalhado de maneira a explorar toda sua potencialidade. Em relação à escrita, é necessário que haja uma mudança na concepção de ensino, que passa pela formação dos professores, para criar escritores que reflitam sobre a língua e o impacto de seus usos, e analisar criticamente os discursos que por muito tempo assombrou as populações desprestigiadas, taxadas de falar “errado”. Em relação ao PPJ, deve-se ser formado o espírito do estudante para que ele ingresse na escrita de maneira menos preocupada e isso deve ser uma tarefa realizada com mais tempo, para que ele consiga amadurecer a escrita.

Alguns aspectos do PPJ podem ser trabalhados no Tempo Família, como parte das atividades de pesquisa do Plano de Estudo. O tópico “Caracterização da propriedade”, por exemplo, pode ser incorporado à pesquisa com um roteiro parecido com o do TC I, neste trabalho, devido ao pouco tempo, não foi possível ser trabalhado isso, mas sugeri para que os estudantes realizassem pesquisa com seus pais sobre o histórico do lote.

Além disso, a escola deve criar estratégias de monitoramento desses projetos pós-apresentação, para que se garanta o que é um dos principais objetivos do PPJ: o trabalho na propriedade, usando os saberes técnicos aprendidos.

A experiência de construção do PPJ evidencia as relações de poder na/pela língua. Antes de começar a escrever, ou ao fazer isso, o estudante aciona em sua subjetividade sentimentos como medo, ansiedade, nervosismo. Se por um lado é exigido essa competência dos estudantes, por outro lado, a precarização do ensino não permite que a circular pela língua em sua variedade formal seja um processo doloroso. Entendemos que esse processo de subjetivação é resultado da colonialidade linguística que incide sobre esses sujeitos, que frequentemente tem seu falar e escrever desqualificado e classificado como “errado” e faz com que eles próprios internalizem essas opressões. Nesse sentido, mobilizamos o conceito de racismo linguístico para compreender que o falar e escrever dos povos do campo também é fruto da organização social traçada pelo dispositivo colonial.

Por outro lado, a O PPJ é mediador de eventos e práticas de letramento com uma relação estreita entre escrita e práticas sociais de agricultor, ultrapassando as exigências de letramento indicadas para o ensino de LP. À medida que os estudantes iam escrevendo o PPJ, iam percebendo que eram “capazes” de escrever, contrariando o que pensavam antes.

Afirmamos que o fato de o PPJ contemplar a realidade dos estudantes fomenta o empoderamento social e linguístico dos sujeitos. Eles falam sobre o que vão plantar, porque vão plantar, onde vão plantar, como vão plantar, quando vão plantar. E tudo isso se materializa na escrita, mas também se materializa no lote. É nesse sentido que o PPJ ressignifica a escrita escolar. Escrever não é somente escrever. Escrever é refletir e intervir sobre/na realidade do campo. É produzir a vida a partir do meio em que vive e, ao mesmo tempo, desenvolver esse meio num movimento dialógico.

Em relação à experiência de orientar a produção dos PPJs, ao observar o problema desta pesquisa, senti que apenas problematizá-lo seria negligente da minha parte enquanto educadora do campo, comprometida com os princípios dessa pedagogia. A pesquisa-ação, que é uma exigência do estágio docência da Fecampo, é muito potente, assim como outras pesquisas, pois compreende a pesquisa como um princípio educativo.

Na construção desse trabalho percebi várias lacunas teóricas em relação ao Ensino Médio nos municípios de Anapu e Pacajá. Ao consultar o Censo Demográfico Educacional (IBGE, 2010) encontramos apenas 2 escolas no município de Pacajá e 4 no município de Anapu. Certamente esses dados estão desatualizados, mas o que chama atenção é o baixo número de escolas. Nesse sentido, cabe entender como está acontecendo a educação básica do campo nesses municípios.

Como proposição didática, em relação às práticas de multiletramentos, o PPJ pode ser uma importante ferramenta de construção de textos em outras modalidades, como resumo para banner que necessita de uma representação gráfica. Essas atividades, no projeto de intervenção, estavam previstas para serem realizadas, contudo por falta de tempo não foi possível.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, Maria Aparecida Valentim. **Políticas linguísticas para os povos indígenas no Brasil**. XVII Congreso Internacional Asociación De Lingüística Y Filología De América Latina (alfal 2014) João Pessoa - Paraíba, 2014

ALENCAR, Maria Cristina. **Breve panorama dos estudos de letramento(s) no Brasil** - dos alfabetismos aos multiletramentos. Uniletras, Ponta Grossa, v. 37, n. 1, p. 123-140, jan/jun. 2015

ALVES, Kelri; Freire, Naiane. **Perfil socioeconômico das famílias da Associação da Casa Familiar Rural de Anapu-PA**. Projeto Profissional de Vida do Jovem (PPJ), Casa Familiar Rural Dorothy Stang, Anapu, 2023

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. São Paulo: Artmed Editora S. A., 2009

ARAÚJO, Carlos Eduardo. **Implantação de uma horta sustentável no cras do município de Anapu**. Projeto Profissional de Vida do Jovem (PPJ), Casa Familiar Rural Dorothy Stang, Anapu, 2023

BAGNO, Marcos. **A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**. 56ª ed. revisada e ampliada. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BARBERO, Jesús Martín. **Comunicação na educação**. São Paulo: Contexto, 2014

BEGNAMI, João Batista. **Formação por Alternância na Licenciatura em Educação do Campo: possibilidades e limites do diálogo com a Pedagogia da Alternância**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019

BEGNAMI, J. B. **Uma geografia da pedagogia da alternância no Brasil**: Brasília: Cidade, 2004.

BEZERRA, Geovane. **Uso pedagógico e conhecimento de plantas medicinais na Casa Familiar Rural Dorothy Stang, Anapu, Pará, Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação do Campo com ênfase em Ciências Agrárias e da Natureza) - Faculdade de Educação do Campo, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2023

BRASIL. **LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017

BRASIL Ministério de Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais. 1º e 2º Ciclos: Língua Portuguesa.** Brasília: MEC:SEF, 1997. 144 p.

BRASIL Ministério de Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais. 3º e 4º Ciclos: Língua Portuguesa.** Brasília: MEC:SEF, 1998. 106 p.

BRASIL – Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – Ensino Médio.** Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Proposta de regulamentação da pedagogia da alternância.** 2017

CALDART, Roseli Salete. **Caminhos para a transformação da escola.** Reflexões desde práticas da licenciatura em educação do campo. São Paulo, 2010.

COUTO, Xoán Carlos. **O projeto profissional do jovem na Casa Familiar Rural de Açailândia:** culminância, interdisciplinaridade e desenvolvimento agroecológico do meio. Cadernos de Agroecologia - ISSN 2236-7934 – Vol. 11, No. 1, Junho 2016

ESTEVAM, Dimas de Oliveira. **Casa Familiar Rural: a formação com base na Pedagogia da Alternância.** Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

FARACO, Carlos Alberto. **História do Português.** São Paulo: Parábola, 2019.

FRAZÃO, Gabriel Almeida; DÁLIA, Jaqueline. **Pedagogia da alternância e desenvolvimento do meio:** possibilidades e desafios para a educação do campo fluminense, code 2011. – Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos – ipea.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 80 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2021

FREIRE, Paulo: **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

GEDRAT, Dóris Cristina et al. **Comunicação e expressão.** Universidade Luterana do Brasil – ULBRA Canoas, RS 2016

GNÉRRE, Mauricio. **Linguagem, escrita e poder.** 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991

GIMONET, Jean-Claude. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007

KLEIMAN, Ângela. **Os estudos de letramento e a formação do professor de língua materna.** Linguagem em (Dis)curso – Lem D, v. 8, n. 3, p. 487-517, set./dez. 2008

KLEIMAN, Ângela. **Letramento e suas implicações para o ensino de língua materna.** Signo: Santa Cruz do Sul, v. 32 n 53, p. 1-25, dez, 2007



LEITÃO, Carlos Eduardo. **Manejo de uma lavoura de cacau na chácara pai e filho Pacajá-pa**. Projeto Profissional de Vida do Jovem (PPJ), Casa Familiar Rural Dorothy Stang, Anapu, 2023

LISBÔA, Flávia Marinho. **Racismo linguístico e os indígenas Gavião na universidade: língua como linha de força do dispositivo colonial**. Salvador: Edufba, 2022.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo : Cortez, 1994. (Coleção magistério 2º grau. Série formação do professor)

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital**. Universidade Federal de Pernambuco 50ª Reunião do GEL – Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo, USP, São Paulo, 23-25 de maio de 2002.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo**. Belo Horizonte : Letramento, 2019. 153 p. *E-book*.

OLIVEIRA, J. V. S.; SILVA, S. B. B. **Os gêneros textuais digitais como estratégias pedagógicas no ensino de Língua Portuguesa na perspectiva dos (multi)letramentos e dos multiletramentos**. Campinas, n 59.3: 2162-2182, set./dez. 2020.

NEVES, Ivânia; GREGOLIN, Maria do Rosário. **A Arqueogenealogia Foucaultiana como lente para a análise do Governo da Língua Portuguesa no Brasil: continuidades e rupturas**. Revista Moara/ Estudos Linguísticos Edição 57, Vol. 2/jan -jul 2021 ISSN: 0104-0944

NEVES, Ivânia. **Do governo da língua: entre raças, átomos e bytes**. In: LISBOA, Flávia; NEVES, Ivânia; GREGOLIN, Maria do Rosário. (Org.). **O Governo da Língua: uma perspectiva discursiva sobre o lugar da língua nas relações de poder no Brasil**. Guarapuava: Editora Unicentro, 2023, v. 1, p. 71 a 97.

MARCUSCHI, L.A. (2010). **Gêneros textuais emergentes no contexto de tecnologia digital**. Em: MARCUSCHI, L.A & XAVIER, A.C. (orgs.) **Hipertexto e Gêneros Digitais: novas formas de construção de sentido**. 3ª ed. São Paulo: Cortez

OLIVEIRA, Aymael. **Implantação da cultura da pitaya em uma chácara no município de Anapu**. Projeto Profissional de Vida do Jovem (PPJ), Casa Familiar Rural Dorothy Stang, Anapu, 2023

OLIVEIRA, J. V. S.; SILVA, S. B. B. **Os gêneros textuais digitais como estratégias pedagógicas no ensino de Língua Portuguesa na perspectiva dos (multi)letramentos e dos multiletramentos**. Campinas, n 59.3: 2162-2182, set./dez. 2020

PISTRAK, M. **Fundamentos da escola do trabalho**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

RAMOS, Marise Nogueira. **O currículo para o ensino médio em suas diferentes modalidades: concepções, propostas e problemas**. Educ. Soc., Campinas, v. 32, n. 116, p. 771-788, jul.-set. 2011

RIBEIRO, Marlene. **Pedagogia da alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.34, n.1, p. 027-045, jan./abr. 2008

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Trabalho como princípio educativo. in: CALDART, Roseli et al. (Org). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social.** São Paulo: parábola Editorial, 2009

ROJO, Roxane: **Alfabetização e letramentos múltiplos: como alfabetizar letrando?** in: Rangel, Egon; ROJO, Roxane. (org). **Língua Portuguesa : ensino fundamental.** Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

SANTOS, Jadson. **Implantação de uma lavoura de mamão na fazenda araçá, Pacajá-PA.** Projeto Profissional de Vida do Jovem (PPJ), Casa Familiar Rural Dorothy Stang, Anapu, 2023

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral.** 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

Sistema Educacional Interativo. SEDUC - Secretaria do Estado de Educação. Disponível em: <<https://www.seduc.pa.gov.br/pagina/10578-sistemaeducacional-interativo>>. Acesso em: 22 de jan. de 2024

SILVA, A et. all. **Pesquisa-ação: princípios e fundamentos.** Revista Prisma, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 2-15, 2021.

SILVA, Cícero. **Pedagogia da Alternância: práticas de letramentos em uma escola família agrícola brasileira.** Tese (Doutorado em Ensino de Língua e Literatura) - Programa de pós-graduação em letras, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2018

SOARES, Magda. **Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura.** Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002

SOUZA, César Martins; SOUZA, Maria Cândida. **Entre esperanças e desafios: os nordestinos na colonização da Transamazônica na década de 1970.** Cadernos do CEOM, Chapecó (SC), v. 34, n. 55, p. 99-112, Dez/2021

SOUZA, Vanessa. **Implantação de 2 hectares de pimenteira-do-reino (piper nigrum l) visando a diversificação do sistema de produção e geração de renda familiar.** Projeto Profissional de Vida do Jovem (PPJ), Casa Familiar Rural Dorothy Stang, Anapu, 2023

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011. ISBN: 9788524917165.22

VELOSO, Ana Carla. **Histórias locais: histórias de vida na comunidade São Sebastião, Pacajá-PA.** Relatório do I Tempo Comunidade (Licenciatura em Educação do Campo) - Faculdade de Educação do Campo, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2020

VELOSO, Ana Carla. **Histórias locais: histórias de vida na comunidade São Sebastião, Pacajá-PA.** Relatório do Tempo Comunidade I (Licenciatura em Educação do Campo) - Faculdade de Educação do Campo, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2019

VELOSO, Ana Carla. **Produção escrita do PPJ na CFR Dorothy Stang, Anapu - PA.** Relatório do Tempo Comunidade VII (Licenciatura em Educação do Campo) - Faculdade de Educação do Campo, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2023

## APÊNDICE A - PROJETO DE INTERVENÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

ANA CARLA LEITE VELOSO

PRODUÇÃO ESCRITA NA CFR: O PPJ COMO FERRAMENTA DE LETRAMENTO

Marabá-PA  
2023

ANA CARLA LEITE VELOSO

PRODUÇÃO ESCRITA NA CFR: O PPJ COMO FERRAMENTA DE LETRAMENTO

Trabalho acadêmico referente ao componente curricular Metodologia Científica VII, do curso de licenciatura em Educação do Campo, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, encaminhado sob a orientação da professora Dr. Flávia Marinho Lisbôa.

## 1 INTRODUÇÃO

Na CFR, a escrita faz parte das práticas sociais dos estudantes. Isso se dá porque as atividades cotidianas exigem que façam uso da escrita, por exemplo, os líderes de setor devem fazer o relatório das atividades desenvolvidas durante a alternância do Tempo Escola e avaliar os integrantes do grupo através da construção de um texto. Nesse sentido, o uso social da escrita em práticas significativas em que se faz uso de determinado gênero textual, permite que o estudante amplie o letramento.

### Introdução

Este projeto trata de uma pesquisa-ação a ser realizada junto aos estudantes do 3º ano do Ensino Médio integrado ao Técnico em Agropecuária da CFR Dorothy Stang, localizada no município de Anapu, sudoeste do estado do Pará. Nesse sentido, o projeto tem como objetivo de estudo e de ação a construção dos PPJs (Projeto Profissional de Vida do Jovem) pelos estudantes da CFR, na interface com o tema trabalho e juventudes do campo.

Sobre a Educação profissional integrada ao Ensino Médio, a LDB (2017) prevê que seja “oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno;”(BRASIL, 2017, Art. 36-C)

A CFR Dorothy Stang, é uma escola do campo que atende a jovens agricultores familiares de Anapu e dos municípios vizinhos, possibilitando-os formação a nível médio, bem como acesso ao conhecimento técnico da área. A referida escola atende pelo modelo de pedagogia da alternância, que consiste em,

[...] uma forma de organização do processo de formação regido por princípios que ratificam uma concepção de educação como direito a ser garantido a todos e que reúne diversos instrumentos pedagógicos que integram o conhecimento prático, o conhecimento científico, as diversas epistemologias coexistentes no mundo, as identidades e as territorialidades dos sujeitos, no âmbito da escola e de outras instituições educacionais. (BRASIL, 2017, p.1)

A interação entre diversos sujeitos, em diversos espaços de conhecimento e epistemes, compõe a centralidade da pedagogia da alternância. Nesse sentido, as aulas ocorrem de modo alternado, no qual são articulados tempos/espacos de conhecimento, os estudantes passam 15

dias na escola em regime de internato (Tempo Escola) e 21 dias em na comunidade (Tempo Família), realizando as pesquisas do plano de estudo e incorporando os conhecimentos teórico práticos na propriedade.

O trabalho está inserido na dinâmica escolar da CFR como um elemento formador, ou seja, um princípio educativo que contribui para a emancipação dos sujeitos. Os estudantes participam ativamente no trabalho organizativo da escola. São eles os responsáveis por organizar as salas, cuidar do jardim, alimentar os animais, fazer plantios, etc. Alguns desses setores são laboratórios e o trabalho constitui-se, também, como aula prática.

A estrutura curricular da CFR aponta para a introdução dos gêneros de prestígio na formação dos estudantes, sobretudo através do PPJ, que é requisito para obtenção do diploma de Ensino Médio e Técnico em Agropecuária. Ao escrever o estudante rememora os conteúdos técnicos estudados, isto é, as teorias, e emprega produção textual com o sentido de escrita do gênero projeto.

Além disso, a escrita não se dissocia da prática, uma vez que o estudante escreve planejando o implantação de uma determinada cultura de interesse do educando na propriedade, relembando os conteúdos estudados, como clima, plantio, manejo de plantas e animais, controle de pragas e doenças, etc. Os subtemas que o estudante aborda no trabalho variam de acordo com a delimitação do tema. Esses trabalhos devem ser escritos e apresentados pelo estudante ao final do curso e tem a função de, através da teoria e da prática, contribuir para formação do estudante e permanência do jovem no campo com garantia de renda, por meio do trabalho a ser desenvolvido através do projeto.

Portanto, pode-se afirmar que o ppj é uma ferramenta da pedagogia da alternância que, em sua essência, prima pela práxis pedagógica e está intimamente relacionado ao trabalho.

Contudo essa escrita acaba sendo um desafio para os estudantes, tendo em vista que o domínio do português padrão a qual o tipo de texto exige, ainda não é “fluente” além dos termos científicos como introdução, objetivos, metodologia, etc. A escrita do ppj, apesar de desafiadora, é muito importante, já que contribui para a ampliação dos letramentos sociais e o planejamento do trabalho.

É no sentido de entender as maiores dificuldades dos estudantes e contribuir na construção dos projetos que este trabalho está enraizado. Para tanto o trabalho com esses estudantes será desenvolvido durante os meses de setembro a outubro, nas alternâncias do Ensino Médio. portanto, pretende-se, dessa forma, que todos os estudantes consigam desenvolver seus projetos e apresentarem para que consigam, de fato, o diploma de Ensino Médio e Técnico em Agropecuária.

## **Objetivo Geral**

Ajudar a construir os PPJs dos estudantes da CFR

## **Objetivos específicos**

- Identificar as principais dificuldades na escrita do PPJ
- Promover oficinas de produção textual com foco no gênero projeto;
- Analisar como o processo de escrita do PPJ contribui para a ampliação dos letramentos sociais dos estudantes e a relação com o trabalho;
- Compreender a relação dos estudantes com a língua padrão e as relações de poder dela decorrente;
- Socializar os trabalhos produzidos para a comunidade interna e externa

## **Metodologia**

O caminho metodológico deste trabalho será a pesquisa-ação, que é caracterizada como um tipo de pesquisa social em que há, necessariamente, uma ou mais ações para “resolução de problemas, tomada de consciência ou produção de conhecimento” (THIOLLENT, 2011, p.19). Não pode ser considerada pesquisa-ação se não houver o envolvimento dos sujeitos no processo. O pesquisador, nesse caso, participa como um "auxiliar", ou de tipo “assessoramento” para que a ação aconteça de forma efetiva. O desenrolar da ação, os resultados dessa ação e a relevância para o público-alvo são os pontos principais dessa pesquisa.

De acordo com Silva et. all (2021), esse tipo de pesquisa também se constitui como um importante território de formação de professores, já que a pesquisa é uma prática cotidiana na realidade da maioria dos professores e a ação sob essas problemáticas têm possibilidade de interferir na realidade dos educandos. Nesse sentido, como se trata de um projeto de intervenção a ser desenvolvido na escola, acredita-se que esta metodologia trará importantes experiências para a futura prática docente.

O planejamento da pesquisa ação é flexível, segundo Silva et. all (2021), pois trata-se de ações que não estão sob controle do pesquisador. Contudo deve-se ter os objetivos da pesquisa como referência do trabalho a ser realizado. Dessa forma, as sequências de atividades



aqui propostas poderão sofrer alterações de acordo com as demandas do grupo a que o projeto contemplará.

### **Proposta de intervenção pedagógica**

Neste projeto pretende-se contribuir na construção dos PPJs dos estudantes da CFR, tendo em vista que este é um elemento importante da Pedagogia da Alternância, mas também é motivo de não conclusão do Ensino Médio pela não escrita do PPJ.

Vale destacar que as intervenções se darão na disciplina de Língua Portuguesa. Contudo, poderão haver contribuições de professores de outras áreas, como na parte de análise linguística dos textos, matemática no balanço das receitas (líquidas e brutas) dos projetos, biologia no estudo sobre plantas e animais, etc. Assim, além de ser um estudo que abordará as questões de juventude e trabalho, pertinentes aos estudantes do Ensino Médio, o trabalho se dará de maneira interdisciplinar, com as contribuições de várias disciplinas na construção de um projeto.

Nesse sentido, o trabalho se desenvolverá em duas etapas: 1) Oficinas de produção textual; 2) Orientações individuais que ocorrerão nas aulas de produção textual, destinadas para a escrita do projeto.

### **Cronograma de intervenções**

Atividade	Set	Out	Nov	Dez
Apresentação do projeto à direção e aos professores	X			
Apresentação do projeto aos estudantes	X			
Roda de conversa sobre os temas de projeto e sobre até onde conseguiram avançar no PPJ	X			
Seleção de materiais a serem trabalhados em sala de aula	X			
Aula sobre produção textual: O que é um texto? Como é a estrutura de um texto?	X			
Aulas expositivas sobre: Introdução, Justificativa, Objetivos, Caracterização da propriedade, Considerações finais				
Aula: “Fontes: como escolher, citar e referenciar?” Atividade: pesquisar as referências do PPJ	X			
Leituras de textos pelos estudantes para a construção dos PPJs	X			

Produção escrita do PPJ e orientações individuais		X	X	
Aula sobre formatação de trabalhos de acordo com a ABNT			X	
Produção de resumo para socialização dos PPJs em banner			X	
Aula de Canva e produção de card/convite para divulgação do evento			X	
Defesa dos PPJs				X

### **Materiais/produtos a serem desenvolvidos**

Espera-se que ao final do projeto de intervenção, cada estudante tenha produzido o PPJ e o resumo para o banner, que deverá ser apresentado à comunidade escolar e comunidade externa.

### **Cronograma geral**

<b>Ação</b>	<b>Set</b>	<b>Out</b>	<b>Nov</b>	<b>Dez</b>	<b>Jan</b>
Definição do tema	X				
Estudo teórico e metodológico	X				
Apresentação na escola e redefinições sobre o planejamento na /com a escola	X				
Execução da ação educativa		X	X	X	
socialização na escola/comunidade				X	
Produção de relatório final				X	
Socialização no TU/2024					X

### **Referências bibliográficas**

BRASIL. **LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017

SILVA, A et. all. **Pesquisa-ação: princípios e fundamentos**. Revista Prisma, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 2-15, 2021.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.  
ISBN: 9788524917165.22

## APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

**Título da pesquisa: DA PRÁTICA SOCIAL À PRODUÇÃO TEXTUAL NA CFR DOROTHY STANG: OS DESAFIOS E A IMPORTÂNCIA DO PPJ**

**Pesquisador(es): Ana Carla Leite Veloso**

**Local de realização da pesquisa: Escola Comunitária Casa Familiar Rural Dorothy Stang**

**Entrevistado:**

### \* INFORMAÇÕES AO PARTICIPANTE

#### 1. Apresentação da pesquisa.

Esta pesquisa busca compreender o PPJ e suas implicações para a formação do jovem do campo na Escola Comunitária Casa Familiar Rural Dorothy Stang, em Anapu-PA, de modo a: Identificar as principais dificuldades na escrita do PPJ; promover oficinas de produção textual com foco no gênero projeto; analisar como o processo de escrita do PPJ contribui para a ampliação dos letramentos sociais dos estudantes e a relação com o trabalho; compreender a relação dos estudantes com a língua padrão e as relações de poder dela decorrente; socializar os trabalhos produzidos para a comunidade interna e externa.

#### 2. Participação na pesquisa.

A participação da/o entrevistada/o na pesquisa se justifica para dimensionar os desafios em torno do ensino no contexto da escola do campo. As respostas dadas pelo entrevistado ao questionário serão analisadas e recortadas para compor o texto do Trabalho de Conclusão de Curso da pesquisadora.

#### 3. Confidencialidade.

O entrevistado que não desejar ser identificado, a pesquisadora assume o compromisso de preservar sua identidade.

#### 4. Desconfortos, Riscos e Benefícios.

No caso da pesquisa em questão, considera-se risco ou desconforto ao entrevistado a publicação das informações que forem prestadas, de forma que o mesmo pode solicitar a não identificação de sua identidade ou mesmo a supressão de partes das informações que julgar necessárias. Quanto aos benefícios, a pesquisa visibiliza as dificuldades dos estudantes em relação à produção textual e reflete sobre o papel do professor no ensino dessa habilidade, com o intuito de se pensar propostas sobre como o PPJ (Projeto Profissional do de Vida do Jovem), uma ferramentas da pedagogia da alternância, pode ser melhor trabalhado em sala de aula.

#### 5. Direito de sair da pesquisa e a esclarecimentos durante o processo.

É direito do entrevistado deixar o estudo a qualquer momento e também de receber esclarecimentos em qualquer etapa da pesquisa, bem como se recusar ou retirar o consentimento sem nenhuma penalização.

( ) Autorizo a identificação do meu nome na pesquisa.

( ) Não autorizo a identificação do meu nome na pesquisa.

### CONSENTIMENTO (do sujeito de pesquisa ou do responsável legal – neste caso anexar documento que comprove parentesco/tutela/curatela)

Eu declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e ter recebido respostas claras às minhas questões a propósito da minha participação direta (ou indireta) na pesquisa e, adicionalmente, declaro ter compreendido o objetivo, a natureza e os demais itens descritos acima no presente termo, de forma que decido, livre e voluntariamente, participar deste estudo, sem cobrança de nenhuma remuneração.

Nome Completo: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Assinatura do Entrevistado:

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

Eu declaro ter apresentado o estudo, explicado seus objetivos, natureza, riscos e benefícios e ter respondido da melhor forma possível às questões formuladas.

Assinatura pesquisador:

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

## APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO PROFESSORA

### QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

#### **1 Formação e experiência**

1. Qual sua formação?
2. Há quanto tempo você trabalha na CFR Dorothy Stang
3. Você já trabalhou em outras escolas do campo?
4. Já participou de alguma formação para trabalhar com jovens do campo sobre temas como currículo e educação do campo ou princípios e ferramentas da Pedagogia da Alternância?

#### **2 Ensino de Língua Portuguesa**

1. Quais os desafios para preparar o conteúdo trabalhado em sala de aula?
2. Relata sobre suas experiências de ensino-aprendizagem no que envolve a relação entre as atividades de LP propostas e a realidade do estudante, as práticas sociais que eles participam.
3. Em relação ao PPJ, que desafios e implicações há nessa produção para o ensino de Língua Portuguesa?
4. Como você avalia a experiência proposta pelo projeto de intervenção sobre o PPJ?

## APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO ESTUDANTES

### **PERGUNTAS NORTEADORAS DA RODA DE CONVERSA**

1. A leitura e a escrita tem importância no seu dia-a-dia? Explique!
2. Ao ingressar na CFR você sabia que precisaria desenvolver o PPJ? em caso afirmativo, que sentimentos isso te causou?
3. ao longo da sua formação, houve atividades que fizeram você sentir que não sabe escrever? Explique as habilidades da língua portuguesa você não se sentia capaz de fazer.
4. Hoje, quais suas principais dificuldades na hora de produzir um texto?
5. Como você avalia o apoio do minicurso sobre produção textual para produzir o PPJ?
6. Como você avalia suas ações dentro desse projeto? Reflita sobre os seus avanços e os pontos que você considera que poderia ser melhor trabalhado
7. A partir da sua observação e da experiência com esse projeto, faça proposições do que a escola pode fazer para melhorar os PPJs tanto na qualidade dos trabalhos, quanto na qualidade de trabalho do professor responsável

## ANEXO A - O QUE É UM CROQUI?

O que é um croqui?

O croqui é uma representação gráfica e simplificada de um determinado espaço geográfico. É uma das ferramentas mais utilizadas pelos geógrafos para representar paisagens, regiões e territórios.

Como fazer um croqui?

Para fazer um croqui, é necessário seguir alguns passos simples:

1. Fazer o levantamento dos elementos significativos da propriedade/comunidade que farão parte do croqui
2. Escolher um símbolo para cada elemento
3. Fazer a legenda do croqui

### **Para que serve o croqui ?**

O croqui é uma ferramenta essencial, pois permite representar de forma simplificada e visual as características de um determinado espaço geográfico.

Quais são os elementos que devem ser incluídos em um croqui?

Os elementos que devem ser incluídos em um croqui dependem do objetivo e da finalidade do trabalho. No entanto, alguns elementos são comuns a todos os tipos de croqui:


- Localização: é importante incluir a localização do espaço representado em relação a outros elementos, como cidades, rios, estradas, entre outros;
- Topografia: é preciso representar a topografia do espaço, indicando as elevações e depressões do terreno;
- Hidrografia: é importante representar os cursos d'água, como rios, córregos, lagos, entre outros;
- Vegetação: é preciso representar a vegetação presente na região, indicando os tipos de árvores, arbustos e plantas;

- Edificações: é importante representar as edificações existentes na região, como casas, prédios, igrejas, entre outros;
- Equipamentos urbanos: é preciso representar os equipamentos urbanos, como escolas, hospitais, postos de saúde, entre outros;
- Vias de acesso: é importante representar as vias de acesso, como ruas, avenidas, estradas, entre outros.

Fonte: <https://testnewsframes.globalvoices.org/o-que-e-croqui-na-geografia/>



## ANEXO B - MATERIAL DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA

	ESCOLA COMUNITÁRIA CASA FAMILIAR RURAL DOROTHY STANG PROFESSORA: LEIDIANE BRITO LUSTOSA DISCIPLINA: LÍNGUA PORTUGUESA SÉRIE: ENSINO MÉDIO
	SEMANA: 1ª (13 a 16/10/2020)

### TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO: CARACTERÍSTICAS E ESTRUTURA

O texto dissertativo-argumentativo é aquele que defende um ponto de vista por meio de argumentos e, em alguns casos, apresentam propostas de solução.

#### **Características**

As principais características do texto dissertativo-argumentativo são:

- Presença de uma tese (ponto de vista) – em geral, no primeiro parágrafo do texto;
- Desenvolvimento com argumentos que comprovem a tese;
- Conclusão em forma de síntese ou com propostas de solução para os problemas discutidos no texto;
- Uso da norma-padrão da língua portuguesa.

#### **Estrutura**

O texto dissertativo-argumentativo tem sua estrutura dividida em três – **introdução, argumentação e conclusão** – e cada uma delas tem suas particularidades.

##### □ **Introdução**

O primeiro parágrafo do texto dissertativo-argumentativo deve conter duas partes – a **apresentação do tema** e a **explicitação da tese**.

**Tese é o mesmo que ponto de vista, ou seja, uma opinião do autor do texto acerca do tema proposto.**

Por exemplo, acerca do assunto "Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil", uma tese possível seria "o preconceito contra as religiões de matriz africana dificulta o combate à intolerância religiosa no Brasil."

##### □ **Argumentação**

Os **parágrafos intermediários** das dissertações escolares **são reservados** para a **comprovação da tese apresentada** na introdução. Um argumento é composto duas partes: a fundamentação e a análise do fundamento.

Na **fundamentação**, o autor deve **buscar provas** de que seu ponto de vista está correto. São considerados fundamentos citações de autoridade, referências históricas, conceitos teóricos consagrados, notícias publicadas em jornais de qualidade, etc.

Na **análise do fundamento**, o redator deve explicitamente demonstrar qual é a **relação entre a prova levantada e a tese proposta**. Um exemplo de argumento para a tese descrita alguns parágrafos acima seria:

*Segundo a Comissão de Combate à Intolerância Religiosa do Rio de Janeiro, 70% de 1.014 casos de ofensas, abusos e atos violentos registrados no Estado entre 2012 e 2015 são contra praticantes de religiões de matrizes africanas. Esse dado alarmante comprova que o racismo estrutural brasileiro, advindo da herança escravocrata do país, é um dos fatores que mais dificultam o combate à intolerância religiosa no Brasil.*

#### □ **Conclusão**

O último parágrafo do texto dissertativo-argumentativo pode ser feito de duas maneiras: em forma de **síntese** ou com **proposta de solução**.

No caso da síntese, o autor deve resumir os argumentos e repetir sua tese, concluindo o raciocínio construído desde a introdução.

No caso da conclusão com proposta de solução, é preciso que o redator apresente soluções práticas e detalhadas acerca dos problemas levantados no texto. Se, por exemplo, o problema discutido na argumentação foi o preconceito contra religiões de matriz africana, a solução deve ser direcionada a essa questão. Uma proposta detalhada, é importante ressaltar, que deve determinar:

1. Agentes (quem executará);
2. Ações (o que será feito);
3. Meios (como a solução será produzida);
4. Efeitos (o que gerará a aplicação da solução).

Portanto, sugerir que o Ministério da Educação (agente) produza materiais publicitários combatendo o preconceito contra religiões de matriz africana (ação) por meio de TVs, rádios, jornais e redes sociais (meio) para que os índices de violência contra centros religiosos afros diminuam (consequência) seria uma boa proposta de solução para o Enem.

#### **Material complementar:**

- Vídeoaula: Canal Dani Explica – Texto dissertativo-argumentativo

Link:

<https://www.youtube.com/watch?v=3Q0lknKbCHI&list=PLVy0bZblbXe4Isin8rexxzQH0O6EQd5H&index=1&t=18s>

#### **Referências:**

Disponível em: <https://www.portugues.com.br/redacao/o-texto-dissertativo-argumentativo--modalidade-requisitada-concursos-vestibulares-.html>. Acesso em 12/10/2020.